

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA ROSA LINS RODRIGUES CRUZ

AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE OU INTERESSE ECONÔMICO
DAS GRANDES POTÊNCIAS?

Recife

2012

MARIANA ROSA LINS RODRIGUES CRUZ

**AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE OU INTERESSE ECONÔMICO
DAS GRANDES POTÊNCIAS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Faculdade
Damas como requisito parcial para obtenção do
diploma de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

RECIFE

2012

Cruz, M. R. L. R.

Amazônia: patrimônio da Humanidade ou interesse econômico das grandes potências. / Mariana Rosa Lins Rodrigues Cruz. O Autor, 2012.

61 folhas.

Orientador (a): Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais 2. Amazônia 3. IIHA 4. Soberania 5. Interesses Internacionais
6. Construtivismo.

327 CDU (2ªed.)

327 CDD (22ª ed.)

Faculdade Damas

TCC 2012-137

Dedico este trabalho a minha família
que sempre esteve ao meu lado.

MARIANA ROSA LINS RODRIGUES CRUZ

**AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE OU INTERESSE ECONÔMICO
DAS GRANDES POTÊNCIAS?**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Orientador

Profa. Margarita Lara Neves

Prof. da
disciplina de
PE II

Profa. Jeanete Magalhães Viegas

Examinadora

Recife, 27 de novembro de 2012.

**O passado não reconhece seu lugar:
está sempre presente .**

Mario Quintana

AGRADECIMENTOS

No decorrer da vida nos deparamos com inúmeras dificuldades e se não estivermos preparados ou bem acompanhados o caminho será ainda mais difícil. Por isso, agradeço a Deus, todos os dias, pela Sua presença em minha vida e pela Sua luz que ilumina minhas escolhas.

Agradeço ao meu pai, Jose Luís, por segurar a minha mão nos momentos que mais precisei e pelo seu apoio diário. Sem ele, eu nunca chegaria aonde eu cheguei. Tenho certeza que vou ainda mais longe ao lado dele. Agradeço a minha mãe, Marília Rosa, pela confiança que ela sempre depositou em mim e com muita sabedoria soube me acalmar diante de situações inesperadas, me dando seu amor e carinho. Agradeço a meu irmão, João Luís, por sua complacência e carinho. Agradeço, também, a Eginar que, como namorado, soube entender minha ausência.

Meus sinceros agradecimentos: Ao Professor Pedro, orientador deste trabalho, pela sua paciência e disponibilidade, e por me acompanhar nessa etapa muito importante da minha vida, me ajudando a compreender novos conceitos e contribuindo para o meu progresso acadêmico. À Professora Margarita, pela sua dedicação, comprometimento e sinceridade durante a construção deste trabalho.

Agradeço também aos meus amigos, dos mais próximos aos mais distantes, que de alguma forma estiveram presentes nesse período e contribuíram para meu sucesso. Aos amigos companheiros de classe que por quatro anos estiveram ao meu lado compartilhando experiências.

Resumo

Nas últimas décadas a região amazônica foi alvo de intensa exploração dos seus recursos naturais, apresentando altas taxas de desmatamento, vítima também da irresponsabilidade do poder público nos assuntos relacionados às suas fronteiras e conviveu com um alto grau de violência rural. Diante desse cenário predatório, países considerados desenvolvidos, destacando-se a Inglaterra e os Estados Unidos em parceria com a Organização das Nações Unidas, buscaram explorar a Amazônia, mantendo certo grau de controle e interferência na região. Em 1946, foi criado o Instituto Internacional da Hileia Amazônica sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura que desencadeou uma série de transtornos relacionados à questão da soberania nacional e que impulsionou a inserção das ideias de outros países no âmbito doméstico brasileiro de forma mais direta. A forma de governar e administrar as fronteiras físicas e geopolíticas mostrou-se ineficaz, principalmente quando se tratava do monitoramento referente ao comportamento dos agentes que circulavam dentro do espaço institucional e territorial da região. Contudo, este trabalho evidenciou que, na verdade, o Brasil, quando pressionado, criou projetos de defesa e manutenção das fronteiras e do território amazônico. O governo brasileiro apesar de manter a soberania no território, foi, em algumas situações, influenciado ou manipulado para fins econômicos e políticos por parte da sociedade internacional, muitas vezes, tirando, ele mesmo, proveito destas situações. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, este trabalho se propôs a identificar quais os reais interesses na Amazônia por parte da sociedade internacional, analisar a questão da soberania do Brasil na Região Amazônica e evidenciar quais os padrões geopolíticos presentes na defesa do território amazônico.

Palavras chave: Amazônia, IHA, soberania, interesses internacionais, geopolítica, fronteiras, Construtivismo.

Sumário

Introdução	9
1 Capítulo I - A teoria do Construtivismo e a Amazônia	14
1.1: A Amazônia	14
1.2: Definindo o Construtivismo	18
1.3: Amazônia a luz do construtivismo	23
2 Capítulo II - Os interesses internacionais na Região Amazônica	26
2.1: O Instituto Internacional da Hileia Amazônica	26
2.2: Interesses Internacionais na Amazônia	29
2.2.1: A relação do Brasil com os Estados Unidos	32
2.2.2: Relações entre o Brasil e a Inglaterra	36
3 Capítulo III - Padrões geopolíticos presentes na defesa da Amazônia	39
3.1: Alguns projetos referentes a Amazônia	39
3.1.1: INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	42
3.1.2: Projeto Calha Norte.....	43
3.1.3: Política de Defesa Nacional (PDN)	44
3.1.4: Os Projetos SIVAM e SIPAM	46
3.2: Estratégia de Defesa Nacional	49
Considerações Finais	51
Referências Bibliográficas	56

Introdução

A Região Amazônica, a maior extensão contínua de floresta tropical do mundo, estende-se desde as regiões das Guianas até os Andes da América do Sul, com uma superfície de sete milhões de quilômetros quadrados compartilhados pelo Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Considerada uma das maiores redes hidrográficas do mundo e responsável por 20% da biodiversidade do planeta, a Amazônia é geradora de grandes recursos econômicos (Cadernos Adenauer nº 4, 2010). O setor de base florestal colabora com 3,5% do PIB do país e 5,2% das exportações, gerando, dessa forma, seis milhões de empregos. Contudo, apesar dos fatores positivos já citados, a região sofre com as intervenções e destruições antrópicas (RAMOS, 2010). Perdas, tais como, o abandono dos costumes dos povos tradicionais: ribeirinhos, extrativistas e quilombolas, além dos desmatamentos desenfreados principalmente para o cultivo de grãos e áreas destinadas a economia agropecuária.

As últimas décadas da Amazônia foram caracterizadas por intensa exploração de recursos naturais, altíssima conversão de florestas em pastos extensivos e campos agrícolas, grilagem de terras, violência rural, altas taxas de desmatamento, trabalho precário e análogo a escravo (RAMOS, 2010, p.11).

Entre os séculos XV e XVI muitas transformações ocorreram na Amazônia. As duas potências da época, Portugal e Espanha, obedeciam às regras territoriais estabelecidas no Tratado de Tordesilhas¹. A região pertencia, inicialmente, aos espanhóis que decidiram explorá-la enviando o navegador Francisco de Orellana. Entretanto, a expedição não possuiu caráter duradouro e a Amazônia abrigava apenas os índios nativos da região. Sendo assim, a Espanha decidiu, anos depois, promover o povoamento do território, pois os portugueses estavam em plena expansão marítima e comercial, e conseqüentemente tentariam em

¹ Tratado de Tordesilhas foi assinado em 1494 por Portugal e Espanha para delimitação de território, o qual dizia que as terras situadas até 370 léguas a Leste de Cabo Verde pertenciam a Portugal enquanto a Oeste pertenciam a Espanha. Disponível em www.brasilecola.com/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm. Acessado em 06 de Junho de 2012.

estabelecer o controle dessa área. Desde essa época se desenvolveram conflitos a respeito de qual país ibérico deveria exercer influência na hileia.²

Em 1750 foi estabelecido o Tratado de Madri³ que marcou uma nova fase para a Amazônia e, a partir daí, definiu novos parâmetros a serem seguidos pelos países que dividiam o território. Na metade do século XIX, a ocupação da região foi caracterizada de forma mais sistemática e ocorreram definições de fronteiras. Em 1877 e 1878, imigrantes nordestinos impulsionados pelas secas ocorridas na época e pela miséria em suas terras, foram a Região Amazônica em busca de melhores condições de vida. Durante o governo de Getúlio Vargas, na implantação do Estado Novo de 1930 a 1966, os processos de ocupação da Amazônia aumentaram. A Marcha para o Oeste, foi uma das principais iniciativas a esse respeito. Mas somente entre os anos de 1966 e 1985 é que se inicia de fato um planejamento regional de ocupação, pois, nessa fase, existiriam projetos de interesses na mobilização dos recursos naturais e estratégicos da região amazônica. Um importante projeto foi o de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica que causou grandes repercussões no cenário internacional e principalmente no próprio território brasileiro.

A partir do “boom da borracha”, tal produto, fortemente comercializado, foi responsável por grandes exportações brasileiras, perdendo apenas para o café que continuava sendo o produto principal, na década de 1970. Porém, como o Brasil não possuía uma política de fiscalização sistemática em suas fronteiras, os europeus conseguiram piratear diversos produtos brasileiros. Em alguns anos foi descoberto que as sementes da seringueira se adaptavam ao solo do sudeste asiático com mais facilidade. Em decorrência disso, o Brasil perdeu o mercado para a Ásia e Europa. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, os países aliados liderados pelos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética não tinham acesso à borracha produzida na Ásia e necessitavam encontrar um novo produtor e exportador. Dessa forma, a Amazônia se tornou a principal fonte do látex, matéria prima para vulcanização da borracha.⁴ Grandes investimentos foram feitos pelos Estados Unidos e o

² Informação retirada do site: <www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/cad.Prof-4-Historia.pdf>. Acesso em 05 de Maio de 2012.

³ Tratado de Madri foi assinado em 1750 para, novamente, estabelecer limites lusitanos e hispânicos. É considerado um dos tratados de limites mais importantes da história diplomática do Brasil. Além de estabelecer as bases territoriais do Brasil, definiu o princípio que norteia todas as questões de limites surgidas posteriormente: o *uti possidetis*, segundo o qual a terra pertencia ao país de origem dos homens que nela morassem. Disponível em <www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/cad.Prof-4-Historia.pdf> Acesso em 06 de Maio de 2012.

⁴ Informação retirada do site: <www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/cad.Prof-4-Historia.pdf> Acesso em 05 de Maio de 2012.

Brasil ficou encarregado de conseguir trabalhadores suficientes para a produção da borracha. Contudo, com o passar do tempo, a borracha brasileira perdeu espaço para a produção asiática, uma vez que, o comércio entre os EUA e Ásia foi reativado. Dessa forma, milhares de trabalhadores que haviam migrado ficaram a mercê de um governo descompromissado e sem nenhuma perspectiva de mudança.

Durante o período da Ditadura militar do Brasil, a Região Amazônica sofreu, mais uma vez, com as mudanças de conduta do governo. Os militares acreditavam que outros países queriam internacionalizar a Amazônia e a partir dessa ideia decidiram promover o progresso da região Norte a fim de impedir a aproximação externa. O presidente Castello Branco anunciou a Operação Amazônia⁵ e em 1968 criou a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁶ com o objetivo de criar polos de desenvolvimento que deveriam ser espalhados pela região. Contudo, esses projetos incentivaram o desmatamento e a perda da identidade cultural local. A expansão da agricultura e pecuária provocaram uma aceleração no processamento de erosão do solo, o desmatamento da floresta e o deslocamento da população de suas áreas originais. Além das questões ambientais, a tentativa de um milagre econômico baseado na exploração de terras e recursos findáveis aliados aos empréstimos estrangeiros promoveu o desentendimento entre os grupos sociais existentes e gerou inquietações que culminaram em lutas pela terra e protestos que atingiram o âmbito internacional.⁷

Durante o período da Guerra Fria e devido à bipolarização, os governos adotaram medidas diferenciadas na administração e na conduta de suas políticas. Após esse período, e impulsionados pela globalização, os países passaram a se estruturarem de forma a conduzir suas políticas não apenas com um bloco de países e sim com uma maior quantidade possível de parceiros. Essa globalização repercutiu tanto nos cenários da economia, política, bem como no desenvolvimento de novos sistemas de tecnologia avançada. Devido a nova configuração

⁵ Operação Amazônia foi desenvolvida pelo Presidente Castello Branco, com a finalidade da transferência do excedente populacional, principalmente do sul e do nordeste brasileiro, através de mecanismos e instrumentos que regularizavam a colonização que deveria ser realizada ao longo das margens da rodovia transamazônica. Disponível em <<http://200.17.60.4/ndihr/revista/artigos/adriano-knippelberg-de-moraes.pdf>> Acesso em 06 de Junho de 2012.

⁶ SUDAM é uma extinta autarquia do governo federal do Brasil, criada no governo de Castelo Branco em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, criando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Disponível em <<http://www.expedicaoovillasboas.com.br/evb/noticias/95-antidoto-e-o-que-deve-ser-aplicado-na-floresta-.html>> Acesso em nov de 2012

⁷ Informação retirada do site: <www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/cad.Prof-4-Historia.pdf> Acesso em 05 de Maio de 2012.

mundial, foram criadas, também, instituições internacionais capazes de regular países que estabelecessem uma relação comercial, como por exemplo: a OMC, o NAFTA, o Mercosul e a APEC, bem como a expansão da União Europeia e a transformação da OTAN. Por outro lado, a globalização trouxe diversos problemas tais como “a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, a emissão de gases associados ao efeito estufa e à mudança climática (...)” (SOUZA, 2009, p.5).

Na região amazônica, o reflexo da Guerra Fria causou a busca da sociedade internacional pelos recursos estratégicos, bem como tratados de cooperação e acordos que buscavam a aliança entre os países, já que o mundo se tornou bipolar. Após a Guerra Fria, os países mantinham seu interesse nos recursos estratégicos, e ainda desejavam a inserção no mercado internacional, porém, os métodos de cooperação se modificaram e as técnicas de persuasão foram ampliadas, pois a multipolaridade desencadeou a competição um pouco mais equilibrada. Os mercados se tornaram cada vez mais competitivos.

Em 2006, foi lançado um relatório pelo Greenpeace no Brasil⁸ chamado: “Comendo a Amazônia”, que alegava que a demanda mundial por soja produzida nessa região, com o envolvimento de supermercados e redes fast-food, alimentava o desmatamento ilegal, a grilagem de terras, o trabalho escravo e a violência entre as comunidades locais. (Cadernos Adenauer nº 4, 2010). A partir desse relatório, a principal rede de fast-food, MCDonald’s, passou a adotar outros produtos na elaboração dos alimentos com a finalidade de erradicar o uso da soja e, dessa forma, conquistar novos mercados. Com essa iniciativa, várias empresas de alimentos, europeias e brasileiras, eliminaram a soja amazônica de suas cadeias de suprimento.

Além dessas modificações no mercado de alimentos, os países europeus e os Estados Unidos, desde a Conferência das Partes para Mudanças Climáticas (COP13) em Bali no ano de 2007, se comprometeram a fazer investimentos e doações de recursos financeiros para os países tropicais que reduzissem as taxas de desmatamento. Esse incentivo econômico estreitou ainda mais as relações entre os organismos internacionais e as empresas e regiões brasileiras, principalmente com a Amazônia.⁹

⁸ Greenpeace é uma instituição independente, sem fins lucrativos e, que não aceita doações de governo, empresas ou partidos políticos. Seu trabalho é integralmente financiado por mais de 3 milhões de colaboradores de todo o mundo. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/>> Acesso em 06 de Junho de 2012.

⁹ Informação retirada do site: <www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/cad.Prof-4-Historia.pdf> Acesso em 05 de Maio de 2012.

As constantes intervenções na hileia ocorreram, provavelmente, devido ao estreitamento dos laços comerciais. Até que ponto essas relações são viáveis ao Brasil? Quais os reais interesses que se escondem dentre as linhas de um bom relacionamento, ajudas financeiras e ambientais? E quais os motivos que levaram os países a iniciar esse relacionamento? A partir do exposto e questionado, este trabalho visa contribuir com discussões acerca do tema, com o objetivo de melhor compreender a importância da Região Amazônica para o cenário internacional.

Todos os indicadores mostram que as principais ameaças não partem de nossos vizinhos, mas sim estão bem mais ao norte. (...) É certo que a fronteira ainda não é definitiva, mas nos aproximamos mais dela do que nossos lindeiros. (...) O certo é que disputas fronteiriças podem ser provocadas artificialmente, até mesmo para justificar intervenções de tropas da ONU (FREGAPANI, 2011, p.68).

Pretende-se identificar quais os reais interesses da sociedade internacional na Amazônia, analisar o papel que o governo brasileiro vem desempenhando diante dessa possível tentativa de inserção estrangeira, e observar se o conceito de soberania se faz presente nos discursos do Brasil. Além disso, será proposta uma reflexão sobre os padrões geopolíticos presentes na defesa do território da Amazônia. Para este fim, pretende-se fazer um levantamento bibliográfico acerca do tema em questão, com o emprego do método qualitativo, a partir de uma pesquisa de caráter exploratório.

No capítulo 1, foi desenvolvido um arcabouço teórico fundamentado nas principais ideias da Teoria do Construtivismo e como a referida teoria se relaciona com o tema, foi feita, ainda, uma discussão entre os diversos autores que se relacionam com os objetivos deste trabalho e que dão sustentação a pesquisa bibliográfica. O capítulo 2 deu ênfase à criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, órgão criado na década de 1940 e que, possivelmente, deu início a problemas relacionados a essa discussão. Além de uma identificação dos interesses econômicos e políticos que se estabeleceram na região e como esses interesses influenciaram e manipularam as decisões do Brasil. No capítulo 3 foram evidenciados os possíveis padrões geopolíticos utilizados na defesa da Amazônia, a fim de garantir a soberania nacional das regiões brasileiras e se os projetos de defesa criados conseguiram cumprir com seus objetivos.

Capítulo 1

A teoria do Construtivismo e a Amazônia

1.1: A Amazônia

Por qualquer ângulo que se aborde o tema, constata-se que a aspiração de tornar o Brasil um ator relevante na política regional e mundial é amplamente compartilhada pela comunidade brasileira de política externa. O sentimento de identidade nacional, construído sobre a ideia de um país de dimensões continentais, grande população e invejáveis riquezas, notável uniformidade cultural e linguística e, empenhado em promover seu desenvolvimento econômico, é o que subsidia esse anseio (SOUZA, , 2009, p.11).

A Amazônia é delimitada pela área drenada pelo rio Amazonas e seus afluentes, com uma cobertura de floresta tropical, e repartida por oito países. Habitat das castanheiras e seringueiras, as árvores de maior importância econômica da região. “O clima da Amazônia, como o de qualquer região, é regulado por determinados fatores, sendo que o mais importante deles é o da circulação geral da atmosfera causado pela diferença de aquecimento das diferentes áreas” (FREGAPANI, 2011). Considerada um dos lugares mais úmidos do planeta, alimenta uma bacia hidrográfica de grandes proporções.

O Brasil tem um grande potencial quando se trata desenvolver novas formas de utilização da energia limpa, tais como a solar, a hidroelétrica, ou até mesmo a eólica, assim como a utilização de biocombustíveis. Além disso, a região da Amazônia absorve grande quantidade de CO₂ na vegetação, o que compensa o uso do gás por outros países, “assim, em vez de cortar diretamente as próprias emissões, um país como os Estados Unidos que, sozinho, emite 25% de Carbono do mundo” alega que o Brasil não é capaz de cuidar da Amazônia (BECKER, 2004, p. 40). Com o potencial energético que tem, como a região amazônica não poderia ser visada por outros países?

A região amazônica é responsável por grande parte dos recursos naturais que são utilizados pelos países que a englobam, inclusive o Brasil. Tais recursos podem garantir o desenvolvimento do comércio e uma maior probabilidade de liderança da economia global. Porém, a relação entre o meio ambiente, desenvolvimento econômico e exploração de recursos, se torna cada vez mais conflituosa. “As nações frequentemente lutaram para ter ou manter o controle de matérias primas, suprimento de energia, terras férteis, bacias fluviais,

passagens marítimas (...)” (FREGAPANI, p. 31; 2011). Sendo assim, quando a escassez de matérias primas e as pressões por mercados e produtos surgem, a competição aumenta e a busca desenfreada por novos recursos se torna constante.

Considerando que as sociedades não sobrevivem sem algum tipo de energia e, sendo a elétrica ainda bastante utilizada, porém em processo de esgotamento, pode-se inferir que os países estão à procura de novas fontes de energia ou de regiões que ainda as possuam em abundância. A região amazônica tem um grande potencial hidrográfico, e, por isso, é considerada bastante visada pela sociedade internacional.

A questão é que na Amazônia existem alguns dos minerais mais importantes que precisam de uma grande quantidade de energia para sua redução, que seria a melhor forma de exportá-los, pois agregaria valor e o país produtor poderia lucrar mais. Porém, o conhecimento desses recursos minerais ficou restrito, até a década de 1960, apenas aos cientistas criadores do mito de que a Amazônia seria “o celeiro do mundo” que obtiveram acesso às verdadeiras potencialidades dos minerais. Atualmente as usinas de alumínio do Brasil, como a Alcoa ou Alcan, são norte-americanas ou canadenses, e a energia que elas utilizam é subsidiada pela região da Amazônia (FREGAPANI, 2011). Não é factível negar que se não existem empresas nacionais capacitadas para a exploração dos recursos, as internacionais, ao menos, promovem um crescimento do número de pessoas empregadas.

Contudo, tendo em vista o grande potencial de recursos, o Brasil, provavelmente, ainda não havia despertado por completo para a realização de projetos que visassem o estudo e análise das melhores possibilidades para o crescimento do país, sem destruí-lo. O problema é que, talvez, o excesso de auxílio internacional somado ao interesse de grupos específicos, de governos influenciados internacionalmente, e de uma minoria detentora do poder, causou de forma irresponsável a modificação das estruturas econômicas do Brasil, a fim de seguir um modelo econômico internacional, sem que fossem analisadas as consequências. Entretanto, essa permissividade diante dos atores internacionais pode ser entendida pelo fato de que o Brasil aspira a ser um ator na política mundial. (SOUZA, 2009).

O ritmo acelerado da transformação da sociedade, a partir da Terceira Revolução Industrial,¹⁰ e o surgimento do fenômeno da globalização, exigiu que os principais atores internacionais buscassem formas de gerar os lucros necessários ao desenvolvimento dos

¹⁰ Essa nova fase apresenta processos tecnológicos decorrentes de uma integração física entre ciência e produção, também chamada de revolução tecnocientífica. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/terceira-revolucao-industrial-tecnologia.jhtm>>. Acesso em 10 de Agosto de 2012.

impérios comerciais criados. “Nesse contexto, alterou-se o significado da Amazônia, com uma valorização ecológica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital” (BECKER, 2004, p.33). Sendo assim,

O entendimento do conceito e das implicações do fenômeno da globalização constitui um ponto de partida na análise das especificidades da Era do Conhecimento. A primeira constatação é a inconsistência conceitual e o forte conteúdo ideológico com que o termo foi moldado. Na percepção dominante, estaríamos caminhando para um mundo sem fronteiras com mercados (de capitais, informações, tecnologias, bens, serviços etc.) tornando-se efetivamente globalizados e para um sistema econômico mundial dominado por “forças de mercado incontroláveis”, sendo seus principais atores as grandes corporações transnacionais socialmente sem raízes e sem lealdade com qualquer Estado-Nação. Tais corporações estabelecer-se-iam em qualquer parte do planeta, exclusivamente em função de vantagens oferecidas pelos diferentes mercados. Assim, apregoa-se que a única forma de evitar tornar-se um perdedor —seja como nação, empresa ou indivíduo — é ser o mais inserido, articulado e competitivo possível no cenário global. Dessa perspectiva, a globalização é apresentada como um mito, um fenômeno irreversível sobre o qual não se pode intervir ou exercer influência. O papel dos Estados nacionais, particularmente da periferia menos desenvolvida, é aqui descrito como extremamente diminuído, senão anulado, só lhes restando a aceitação incondicional e o aceitamento do desenvolvimento das forças econômicas em escala global (LASTRES; ALBAGLI, 1999, p. 10).

A partir do que foi citado, pode-se entender que a globalização possivelmente desencadeou a construção de redes e mercados aliados à economia global com a finalidade de promover transações comerciais de forma conjunta e cooperativa entre os países. Porém, os Estados periféricos não conseguiram competir com os mais desenvolvidos e, por isso, não conseguem manter as relações internacionais equilibradas. O desequilíbrio causa uma maior introjeção dos atores internacionais detentores de grande parte do mercado global em outros países, de modo que os Estados não conseguem manter suas fronteiras comerciais.

Na década de 1990, os processos produtivos da economia buscaram programar o mercado a partir do investimento em pesquisas a fim de obter um maior conhecimento dos recursos disponíveis e dos mercados que poderiam se inserir. Países como Brasil, Argentina e Uruguai foram incentivados pelo FMI e o Banco Mundial a abrirem suas fronteiras comerciais, privatizarem suas empresas estatais e conseqüentemente, permitirem a entrada de empresas multinacionais em seus territórios. (LASTRES et al.1998). A nova geopolítica mundial que outros países influenciam na decisão dos Estados, não pode interferir ao ponto de dissolver o espaço geográfico e o valor estratégico das riquezas.

Mas se os fluxos financeiros são globais, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente. A apropriação da decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro. Constitui-se, assim, um novo componente na disputa entre as potências detentoras da tecnologia pelo controle dos estoques de natureza, localizados, sobretudo, em países periféricos e espaços juridicamente não apropriados (BECKER, 2004, p.35).

“O novo valor atribuído ao potencial de recursos naturais confere a Amazônia o significado de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza” (BECKER, 2004, p.33). Porém, a ideia que o capital estrangeiro que entrava no Brasil supriria as necessidades de avanço tecnológico e científico e, em consequência, o crescimento do país, foi substituída pelo sentimento de perda, o que agravou ainda mais a crise social existente. A Amazônia se tornou importante do ponto de vista do avanço da fronteira da ciência que pode ser percebida, principalmente, na questão da biotecnologia. Muitas pesquisas experimentais são realizadas em modernos laboratórios internacionais, tanto no EUA, como também na Inglaterra. Vale salientar que tais pesquisas também ocorrem em alguns laboratórios, de campo, ou seja, na própria floresta, pois o acesso aos diversos materiais disponíveis, inclusive os genéticos, é melhor. “As práticas sociais desenvolvidas na Amazônia são condição crucial da pesquisa *in situ*: são fontes de informação por seu saber local, facilitam o acesso as matrizes genéticas e protegem a biodiversidade mediante formas diversificadas de sua utilização” (BECKER, 2004, p.42).

Todavia, com a permissão da livre circulação de pesquisadores e investidores de outros países e a ausência de uma legislação, a biopirataria¹¹ se tornou mais frequente. Sendo assim, projetos visando a proteção das fronteiras e manutenção da ordem, foram criados. Tais projetos serão discutidos no Capítulo 3. Ou seja, há urgência na questão de defesa dos recursos naturais da região e regulação desse mercado, a fim de utilizar, também, tecnologias nacionais.

Levando em consideração o que foi dito, pode-se inferir que:

11

Apropriação de conhecimento e de recursos genéticos de comunidades de agricultores e comunidades indígenas por indivíduos ou por instituições que procuram o controle do monopólio sobre estes recursos e conhecimentos. Disponível em:

<http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/biopirataria_na_amazonia.html> Acesso em 17 Ago 2012.

Ao delimitar o mundo em suas esferas – o internacional e o doméstico – separadas no espaço e diferenciadas em natureza, a disciplina das Relações Internacionais desempenha um papel crucial na construção da política moderna em torno do eixo soberania/anarquia. A partir dessa diferenciação, organizam-se e legitimam-se as práticas da guerra, da diplomacia, da balança de poder, da hegemonia, bem como, no plano interno, do governo pela representação, da competição política pacífica, da construção da identidade nacional, etc. (MESSARI; NOGUEIRA, p. 196, 2005).

A importância da construção de um espaço soberano para a sociedade reflete a construção de espaços e delimitações de fronteiras. “Diante dessa ideia, são os construtivistas que, no campo pós-positivista, passam a ocupar a posição de interlocutor crítico das teorias das Relações Internacionais” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 236). Pode-se dizer que os interesses dos Estados tanto levam aos conflitos, quanto levam às cooperações, mudam de acordo com os interesses de cada Estado. Sendo assim, cada espaço soberano abre suas fronteiras ou as decide fechar em prol de uma finalidade que varia de acordo com o momento que cada país está passando. É diante desse contexto e dessa visão crítica que o uso da Teoria do Construtivismo torna-se apropriado, a fim de discutir como o debate agente/estrutura, a teoria da anarquia, bem como o interesse das identidades estatais são conceitos importantes e presentes no cenário interno brasileiro e nas questões internacionais.

1.2: Definindo o Construtivismo.

Em 1989, Nicholas Onuf publicou um livro intitulado *World of Our Making- Rules and Rule in Social Theory and International Relations* que pode ser considerado, juntamente com um artigo em 1992 publicado por Alexander Wendt “Anarchy Is What States Make Of It”, os pioneiros no estudo da Teoria do Construtivismo. A princípio, as ideias desses autores convergiam para o fato de que “vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas” (MESSARI; NOGUEIRA, p. 162, 2005). Sendo assim, são os agentes dessa estrutura que são os principais atores, pois são os responsáveis pela teoria da construção do mundo. No mundo socialmente construído, ainda há a possibilidade de mudanças, porém sem modificar a identidade dos Estados soberanos como detentores das resoluções e da soberania estatal diante do cenário internacional.

O Construtivismo é “a perspectiva tal a partir do modo pelo qual o mundo material forma e é formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material” (ADLER, 1999). Ou seja, que o próprio cenário define as ações a serem seguidas como também é definido por elas. A teoria mostra que as instituições, de uma forma geral, são guiadas e estabelecidas por entendimentos coletivos e que parece ser inevitável não o ser. Tal teoria se estabelece pelo fato de que os construtivistas acreditam que as ideias em um plano praticado pelos atores sociais são consideradas mais imponentes ao ponto que se tornam delimitantes. O Construtivismo é considerado uma teoria social de que se baseiam as ideias sobre a cooperação e a comunidade internacional, ou seja, relacionados à políticas internacionais. É, além de tudo, uma teoria considerada meio-termo, pois não é antiliberal ou antirrealista, apenas desafia os fundamentos epistemológicos do realismo e do liberalismo (ADLER,1999).

A discussão a cerca do Construtivismo ocorreu em meio a um debate sobre a antecedência ontológica tanto quanto aos agentes quanto à estrutura, envolvendo as ciências sociais e mais precisamente as Relações Internacionais. No decorrer da década de 1990, o construtivismo desenvolvido por Wendt e Onuf acrescentou algumas ideias ao debate já iniciado.

Onuf considera o mundo uma construção social e situa as Relações Internacionais no conjunto das ciências que lidam com fenômenos sociais.(...) Tudo esta em permanente evolução, e que a mudanças é permanentemente possível. (...) A anarquia não passa de uma construção social, fruto de regras, e que pode ser mudada e transformada em processos de interação entre agentes e estrutura (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 172).

Segundo Onuf, o estudo da teoria das relações internacionais está associado às ciências sociais ou seja, os fatos não são predeterminados, mas estão em constante modificação. As ideias são socialmente construídas de forma que não é possível saber a antecedência ontológica dos agentes e da estrutura, pois ambos são co-constituídos, nasceram, provavelmente, juntos e dependem um do outro para continuarem a existir. Nesse sentido, o conceito de anarquia, pode ser modificado de acordo com os interesses do Estado ou do social. “Construtivismo começa a partir de ações. Ações, atos executados, palavras faladas isso é o que pode ser chamado de fato” (ONUF, 1989).

O construtivismo de Onuf é centrado nas regras. Os agentes se baseiam nessas regras a fim de cumprir um objetivo e de que estruturas devem fazer parte. O autor distingue três tipos de regras: de instrução, de direção e de compromisso que estão relacionadas e derivam de três

categorias de atos de fala: assertivo, diretivo e de compromisso. Segundo Onuf, há uma grande importância da análise do discurso particular e o que o leva a agir de determinada maneira. Sendo assim, na origem está no ato, mas o ato é a expressão do discurso, ou seja, “Dizer é fazer”. Enquanto as regras de instrução são responsáveis por informar como se sucederão os fatos, as regras de direção são responsáveis pelas ordens e comandos a serem seguidos, sendo, portanto, mais categóricas. E as regras de compromisso estão relacionadas a alguma forma de recompensa caso as regras estipuladas sejam seguidas. Porém, a não aceitação de uma dessas regras pode acarretar consequências, ou seja, um fato social gera uma ação em resposta (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

If rules are needed to allocate resources, and rules constitute a resource themselves because of the "authoritative" way they constitute and regulate other resources, the theory of structuration maintains its constructivist premises and still honors the proposition that material conditions matter (ONUF, 1989).

Para Onuf, as relações internacionais, bem como a política são inspirados nas regras e como os eventos e fatos sociais estão em constante mudança, existem domínios políticos diferentes que podem ser divididos entre: racional, tradicional e carismático. Os domínios estão interligados a três tipos de organizações: a hegemonia, a heteronímia e a hierarquia. Portanto, as regras de instrução estão sujeitas à organização de hegemonia, as de compromisso à heteronímia e as regras de direção à hierarquia.

Wendt considera que vivemos em um mundo de Estados, mesmo que isso não signifique que os Estados sejam os únicos agentes das Relações Internacionais. Os Estados são atores reais aos quais se podem atribuir qualidades antropomórficas reais. Ignorar esse fato central seria produzir uma teoria sobre outra coisa, e não sobre as Relações Internacionais (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 179).

A contribuição de Wendt se tornou notável ao debate entre os neorealistas e seus críticos, pois encontrou apoio na Teoria Social, algo não comum até aquele momento nos debates teóricos de RI. O segundo artigo publicado por Wendt em 1992 “Anarchy Is What States Make Of It” o afirma como construtivista a partir do momento que o autor critica as teorias tradicionais e questiona o conceito de anarquia. O autor afirmou que: “a anarquia não possui apenas uma lógica única de conflito e competição” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p.

176), ou seja, os Estados tem o poder de decidir o uso conceitual que essa palavra teria e como os detentores do poder poderiam usar de tal conceito a partir dos interesses que lhes fossem convenientes. Então, mesmo negando a antecedência ontológica aos agentes e à estrutura, Wendt centraliza suas ideias e questionamentos nos Estados, pois, segundo ele, os agentes, nesse caso os Estados em si controlam a anarquia, ou seja, a estrutura. O que retoma a discussão a cerca do tema agente/estrutura.

Wendt apresenta o debate entre materialismo e idealismo, pois, segundo o autor, ambos os argumentos reconhecem o papel das ideias, mas não concordam quanto aos efeitos dessas na vida social (CERVO, 2008). O autor utilizou um importante argumento contra umas das premissas do Realismo ao considerar que as identidades do Estado poderiam ser consideradas coletivas ao invés de predeterminadas, ou seja, estariam sujeitas a modificações e constantes mudanças de acordo com curso desejado. Com essa assertiva, a ideia do realismo de que os Estados deveriam agir em prol da defesa do interesse nacional sofreu modificações quando o autor sugeriu que é preciso, previamente, definir qual é o interesse nacional e para isso é preciso definir quais são as identidades que estão em sua origem (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

The structures of human association are determined primarily by shared ideas rather than material forces, and that the identities and interests of purposive actors are constructed by these shared ideas rather than given by nature. (...)Constructivism is not a theory of international politics.²¹ Constructivist sensibilities encourage us to look at how actors are socially constructed, but they do not tell us which actors to study or where they are constructed. (WENDT, 1999).

Por fim, Wendt afirma a existência de três culturas de anarquia: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana. A hobbesiana, que tem origem nas ideias de Hobbes, demonstra que os Estados estão em uma busca constante pela competição e por isso, sobrevivem em um ambiente de desconfiança, caracterizados pela cultura da inimizade, onde a força é necessária na conquista de seus ideais. A lockeana, baseada nas ideias de Locke, por sua vez, se espelha na cultura da rivalidade e luta na pelo poder e soberania dos Estados, ou seja, até onde os interesses de um Estado o fariam disputar posses e poderes estatais e soberanos. A kantiana, inspirada nas ideias de Kant, requer a igualdade entre os Estados e o não uso de armas ou ameaças contra outros Estados, ou seja, a cultura da amizade, resultado da legitimidade e reconhecimento dos Estados. (MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Porém, nenhuma dessas formulações teóricas tem assento na cultura nacional do Brasil, apesar de inspirar os quatro

conceitos do Estado: liberal conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico (CERVO, 2008).

O paradigma liberal-conservador estende-se da Independência a 1930, baseado na apropriação do liberalismo clássico europeu e responsável por manter o atraso histórico da nação segundo análise estruturalista dos pensadores da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). O desenvolvimentista é destilado do pensamento modernizador de que demos algumas referências e induziu as conquistas do progresso durante sessenta anos. O neoliberal dos anos 1990 representa uma volta ao passado pela subserviência que pratica e, ao mesmo tempo, um salto para o futuro, quando abre economia e sociedade aos fluxos da globalização. O logístico, enfim, no século XXI, que transfere à sociedade e a seus agentes as responsabilidades do desenvolvimento, sem deixá-los a mercê do mercado porque lhes dá suporte em sua ação externa (CERVO, p. 16, 2008).

Outro grande autor da Teoria Construtivista foi Friedrich V. Kratochwil que contribuiu com as ideias dessa teoria apesar de, a princípio, não ter se identificado com o construtivismo. Assumindo, assim, uma posição crítica em relação ao assunto. Encontrou no conceito do ato de fala sua inspiração e se tornou um dos principais interessados na chamada virada linguística nas Relações Internacionais.

O argumento de Kratochwil é que, ao entendermos as regras que regem o discurso, podemos entender as regras que regem a própria realidade, já que o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele. (...) A linguagem não reflete a ação, mas é o fundamento da ação e, portanto, é a própria ação (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 170).

As regras do discurso são propostas e moldadas pelas ações humanas e conseqüentemente por seus Estados. Então as ações utilizadas podem ser entendidas como a linguagem que os Estados se utilizam para reger o discurso, ou seja, a situação do cenário social. Dessa forma, o autor afirma que as normas são imprescindíveis no processo de decisão das escolhas, pois representam a principal influência nas ações humanas. Para Kratochwil, “os processos de comunicação social e de intersubjetividade são centrais para o entendimento do processo por meio do qual as decisões e as ações dos atores são analisadas”. (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

O autor considera a análise das normas de extrema importância para o estudo das ações e decisões que foram tomadas e porque foram as escolhidas. Pois, certos atos, possivelmente, ocorreram devido à criação dessas regras eram as responsáveis por reger o

discurso e conseqüentemente a realidade dos Estados. Sendo assim, finalizando as ideias de Katrochwil, as normas, criadas e aceitas de forma legítima, direcionaram a conduta dos atores.

1.3: Amazônia a luz do construtivismo

Os construtivistas acreditavam que as ideias tinham características estruturais e se considerarmos que a ideia representava o pensamento social coletivo, provavelmente, institucionalizado em práticas, estes seriam responsáveis por definir o que seria ou não possível para os indivíduos. Sendo assim, seus objetivos eram fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas de instituições e mudanças sociais a partir da teoria do agente/estrutura (ADLER,1999). Nessa perspectiva, forma-se uma visão crítica a respeito das questões e motivos e do por que as entidades responsáveis pelo andamento da sociedade tomaram decisões em prol de seu avanço. O fato é que o discurso que o Estado usa para garantir a segurança de uma região, tal como a Amazônica, está diretamente ligado ao fato de como as razões sociais estarão presentes no entendimento coletivo.

Levando em consideração a evolução da política ambiental em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, pode-se dizer que tal conceito surgiu a partir do momento em que a sociedade começou a vivenciar problemas físicos relacionados ao ambiente. Posteriormente o conceito foi oficialmente adotado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento em 1987 (ADLER,1999). Dessa forma, as ideias, geradas pelo pensamento da sociedade se tornaram conceitos materiais reais que provocaram conseqüências no âmbito internacional. Políticas de desenvolvimento sustentável foram criadas para suprir as necessidades dos Estados e a Amazônia se transformou em um dos temas mais discutidos, em vista que os outros países alegavam que deveria existir uma maior preservação da região porque nela havia grandes recursos para a sobrevivência do planeta. Tais políticas foram possivelmente utilizadas pelos países, a princípio, para garantir o mercado de seus produtos em detrimento dos produtos da região amazônica que estavam cada vez mais presentes na economia. Criou-se, então, o discurso de preservação ambiental e cooperação internacional, bem como proteção às questões étnicas com o intuito de manter a região sob o controle da sociedade internacional (FREGAPANI, 2011).

Uma das grandes discussões no Construtivismo acontece em torno do debate entre o agente e estrutura, como foi exposto anteriormente. Sendo assim, se o agente é representado pelo Estado e a estrutura pelo cenário em que ele atua, pode-se dizer que o governo brasileiro conduziu suas políticas de acordo com os objetivos predominantes na época. A abertura que o governo brasileiro propiciou aos grupos internacionais na Amazônia, por certo, possibilitou aos países estrangeiros, um maior potencial e poder de influência nos assuntos econômicos e que visavam o desenvolvimento da região e do futuro brasileiro. Então, pode-se afirmar que:

O progresso não se baseia apenas nos que os teóricos dizem, mas também e, principalmente, nos que os atores políticos fazem; ocorre na redefinição das identidades e dos interesses dos próprios atores; e trata, inescapavelmente, de ideias normativas universais, mesmo que seu significado varie no tempo e no espaço. Portanto uma teoria construtivista do progresso das relações internacionais que explique a emergência e a consolidação de práticas que amplie os interesses humanos inter e entre comunidades políticas, oferece uma alternativa melhor, mais pragmática e mais flexível as teorias críticas que enfatizam seus discursos favoritos por emancipação (ADLER, p.21).

Os representantes, ou seja, as entidades políticas e ou institucionais assumem a responsabilidade de conduzir o país diante do cenário internacional. As ideias desses representantes, geralmente, são condizentes com as necessidades da população, pois são características de uma ação social que foi produzida a partir de questões concretas vivenciadas. Muitas vezes, porém, a administração pública é marcada não pela defesa dos interesses públicos e para o bem social, e sim direcionada ao favorecimento de grupos privados e interesses pessoais. No caso específico da Amazônia, os latifundiários e os grandes empresários são os maiores beneficiados pelas políticas direcionadas ou pela omissão governamental na fiscalização de suas fronteiras e/ou de suas normas internas. A busca pelo lucro, da exploração dos recursos sem um estudo apropriado que, a longo prazo, seria mais benéfico, pois traria o uso da tecnologia e agregação de valor aos produtos exportados se torna constante.

Quando analisadas as regras de compromisso, citadas por Onuf, é possível afirmar que estão interligadas ao domínio político heterônomo. Seria o Brasil, diante dessa discussão um país heterônomo? O próprio governo parece se sujeitar as implicações externas de modo que permite a entrada desenfreada de estrangeiros. Porém, um governo autônomo se utilizaria dessa estratégia com a finalidade de garantir seus objetivos. Então, talvez, o Brasil tenha utilizado essa estratégia para estreitar os laços comerciais e promover a evolução tecnológica

que a globalização incentivava. Portanto não podemos rotular o Brasil como um governo omissivo ou condizente, e sim como um país que agiu visando sua inserção no mundo capitalista.

Segundo Wendt, exposto anteriormente, as identidades dos Estados estão sujeitas às modificações que devem se moldar de acordo com seus ideais e se for necessário defender o interesse nacional. Após a tentativa de inserção dos atores internacionais nos assuntos internos do Brasil, o governo se preocupou com a fiscalização das fronteiras bem como a manutenção das mesmas, e, por isso, vários projetos que serão expostos no Capítulo 3, foram criados e desenvolvidos para tentar garantir a manutenção da soberania do Brasil.

Há também a ideia desenvolvida por Wendt que se a cultura é conservadora pode ocorrer uma mudança de estrutura em razão da contestação por parte de seus portadores, isto é seus agentes. As contestações surgem a partir das ações e conseqüentemente, das reações relacionadas à cultura, ou seja, podem ocorrer choques exógenos, como guerras e conflitos internacionais e nacionais (WENDT, 1999). As relações culturais da Amazônia influenciam no rumo das decisões e ações do governo brasileiro, porém, como há constantes intervenções por parte da sociedade internacional, há um choque na questão da condução do país e, principalmente, da região. Mais uma vez a soberania é colocada em questão.

Capítulo 2

Os interesses internacionais na Região Amazônica

2.1 O Instituto Internacional da Hileia Amazônica

Por que a região do Acre, na Amazônia, que durante tanto tempo foi ignorada, transformou-se, em uma área de intensa disputa internacional? Conflitos armados, tratados e acordos diplomáticos foram assinados entre brasileiros, bolivianos e grupos internacionais interessados na região. O fato é que esta área rica em seringueiras, árvore de onde se extrai o látex, e cujas propriedades elásticas já eram conhecidas e utilizadas pelos indígenas, passou a ser de fundamental importância no processo de vulcanização da borracha, produto essencial para a indústria internacional bélica e automobilística.

Os conflitos na região se intensificaram, quando em 1898, a Bolívia instalou postos alfandegários em território, que na verdade era ocupada em sua maioria por brasileiros que exploravam as riquezas do local. Devido aos conflitos internos, a Bolívia enviou um grupo militar para a região, porém esta delegação foi expulsa pelos brasileiros. Entre 1898 e 1901, o governo boliviano e o próprio governo brasileiro, tentaram efetivar a posse do território para a Bolívia, porém não obtiveram êxito. Em 1901 o governo boliviano arrenda o território do Acre ao Bolivian Syndicate, empresa de capital americano, inglês e alemão. A empresa além de ficar responsável pela exploração da borracha, também fazia o policiamento da área por ela administrada.

Diante dessa situação, e com a nomeação do Barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores em 1902, deu-se início as articulações entre os grupos envolvidos, visando uma solução diplomática para a questão, por fim em 1903 o Bolivian Syndicate aceita proposta do governo brasileiro e é indenizado em 110 mil libras esterlinas. A Bolívia em troca, recebe pequena área no Pantanal de Mato Grosso, 2 milhões de libras e o compromisso do Brasil em construir uma estrada de ferro Madeira-Mármore em Rondônia (XAVIER, 2006), por onde o estanho boliviano pudesse ser escoado para o exterior.

Pode-se considerar que essa foi a primeira iniciativa internacional concreta de dominação da região amazônica, pois havia não só o interesse econômico, mas também o objetivo de ocupação e controle territorial. A questão do Acre, como ficou conhecida, foi

praticamente resolvida com o tratado de Petrópolis¹². Diante de tantos conflitos, tratados e ações diplomáticas, tanto a região quanto suas riquezas naturais, ficaram em evidencia no âmbito internacional abrindo assim precedentes para que a sociedade e os diversos países interessados se sentissem á vontade para discutir os assuntos relacionados à dominação da Amazônia.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 16 de novembro de 1945, com o propósito de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, a partir do acompanhamento do desenvolvimento mundial dos Estados-membros. Nesse período, a UNESCO comandou vários programas de discussão acerca de temas que envolviam os aspectos, principalmente, social, cultural e ambiental que estavam diretamente ligados também ao fator econômico.

A UNESCO faz parte da rede de instituições intergovernamentais criada no pós-Segunda Guerra. Sua declaração de princípios contida no preâmbulo da Constituição da Unesco reflete a busca de inteligibilidade dos motivos que levaram ao conflito mundial (MAIO, 2005).

A questão ambiental foi considerada importante durante os fóruns de discussão e, por isso, a região da Amazônia e a conservação de sua fauna e flora receberam atenção. Sendo assim, na década de 1940, sob o patrocínio da UNESCO e apoiado por “cientistas, intelectuais, militares e políticos da América Latina, dos Estados Unidos, e Inglaterra, França e Holanda. Além de representantes de organizações internacionais, UNESCO, Organização das Nações Unidas, (ONU) e Organização Mundial de Saúde (OMS)”(MAIO; Sá, 2000), foi desenvolvido um projeto de criação de um órgão científico na Amazônia: Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA). O projeto tinha como objetivo “explorar as riquezas naturais da Amazônia, fortalecer a comunidade científica mediante produção de conhecimento e através da promoção do desenvolvimento dos países chamados periféricos” (MAIO; OLIVEIRA, 2009, p. 59).

¹²Assinado pela Bolívia e o Brasil, o tratado resolveu as questões de conflitos pela dominação da região existentes no território que hoje é conhecido como Acre. Disponível em <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/tratado-de-petropolis/>> Acesso em Novembro de 2012.

O projeto foi apresentado a UNESCO em 1946 pelo engenheiro químico brasileiro Paulo Estevão de Berredo Carneiro¹³ e coordenado por Joseph Needham¹⁴. “A concepção do projeto estava em sintonia com a ideia dominante no pós-guerra de que os países desenvolvidos teriam a missão de levar o progresso aos países do chamado terceiro mundo” (Escobar, 1995. Apud MAGALHAES, Rodrigo C. da Silva, 2006). Nesse contexto, os temas relacionados à ciência se tornaram frequentes e constantes, pois o avanço científico era muito importante para que as sociedades pudessem se estabelecer hierarquicamente e, conseqüentemente, demonstrarem mais poder.

Nos anos posteriores à apresentação da proposta do projeto foram realizadas reuniões e conferências entre os países que, supostamente, integrariam o Instituto, com a finalidade de estabelecer os objetivos a serem seguidos, as funções e o quadro administrativo. As conferências ocorreram em Belém e no México, em 1947, e em Iquitos e Manaus, em 1948. Os objetivos iniciais do projeto dirigido pela UNESCO divergiam dos objetivos dos outros países membros e dos objetivos do Brasil. Enquanto o primeiro acreditava na transformação da Amazônia em um local de pesquisas e desenvolvimento científico global, os outros países queriam fazer do Instituto um local onde os problemas da região poderiam ser resolvidos, tais como o sub aproveitamento dos recursos naturais, a necessidade de desenvolvimento da educação, saúde e atividades econômicas como meio de sobrevivência. (MAIO; OLIVEIRA, 2009).

Artur Bernardes, presidente da Comissão de Segurança Nacional, requisitou uma análise da Convenção de Iquitos e divulgou um parecer contrário a criação do projeto da Hileia Amazônica. Contudo, a princípio, os membros da comissão não aprovaram o parecer

¹³ Bioquímico brasileiro nascido no Rio de Janeiro doutorou-se em química pelo Instituto Pasteur, Universidade de Paris (1931) e tornou-se livre-docente de química geral da Escola Politécnica do Rio e chefe do laboratório de química vegetal e animal do Instituto Nacional de Tecnologia (1933). Foi nomeado secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco (1935) e realizou pesquisas sobre o curare no Instituto Pasteur, em Paris (1936-1941) Delegado do Brasil à primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, em Londres (1946), participou da criação e exerceu a função de embaixador do Brasil junto à UNESCO (1946-1958), criou (1954) a Associação Internacional La Maison d'Auguste Comte, com sede no apartamento da rua Monsieur Le Prince. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (1971), ocupando a cadeira nº 36. Publicou muitos trabalhos científicos e o livro *Vers un nouvel humanisme* (1970) e morreu no Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.brasilecola.com/biografia/paulo-estevao.htm>> Acesso em: Novembro de 2012.

¹⁴ Bioquímico e historiador da ciência inglesa. Foi pioneiro nos estudos da ciência chinesa, Estudou bioquímica e embriologia, e se doutorou em 1924 pela Universidade de Cambridge. Em 1946, passou a desempenhar o cargo de diretor do Departamento de Ciências Naturais da UNESCO, que cumpriu durante dos anos, até 1948, para posteriormente regressar a Cambridge. Em 1971, e graças a obra *Science and Civilisation in China*, foi eleito membro da Academia Britânica. Faleceu em 1995. Disponível em < <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/n/needham.htm>> Acesso em Novembro de 2012.

de Bernardes e sugeriram que o mesmo fosse publicado no Diário do Congresso Nacional para que pudesse ser discutido e votado. O parecer de Bernardes provocou discussões acerca do projeto e dos artigos da Convenção de Iquitos, pois as ideias contidas no citado projeto foram consideradas como ameaça a soberania do Brasil. “Bernardes classificou o projeto de criação do IIHA de imperialista, um projeto arquitetado pelas grandes potências, com o aval da UNESCO para subtrair a Amazônia do território brasileiro” (MAIO; MAGALHÃES, p.5, 2005).

O projeto do IIHA foi amplamente discutido no parlamento brasileiro, porém não se concretizou. Devido as controvérsias, geradas pelo governo na época, a respeito da criação do projeto, a Conferência Geral da Unesco decidiu limitar a atuação da organização. Os Estados Unidos não poderiam intervir de forma direta, pois ainda estavam preocupados com a relação de paz e segurança que deveriam manter e não poderiam arriscar perder o apoio nas questões políticas internacionais, nem sua relação comercial com o Brasil. Na reunião de outubro de 1949, foi aprovado por unanimidade parecer proposto por Aberlado Mata para a criação de um Conselho Nacional de Pesquisas, que seria acoplado a criação do Instituto Nacional da Amazônia, formando assim, o Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA). Em 1951, o projeto da Hileia foi engavetado pelo congresso Nacional e em 1952, foi criado o INPA que tentou estabelecer a soberania nacional na discussão das questões científicas da região da Amazônia, principalmente (MAIO; MAGALHÃES, 2005).

. 2.2 Interesses Internacionais na Amazônia

A região amazônica apresentava uma área de baixa densidade demográfica e isso, prejudicava a formação de núcleos permanentes de populações que implicava na necessidade de buscas por laços econômicos e culturais que fossem suficientes para manter o mínimo de sobrevivência no território. Tais laços foram estabelecidos, no século XIX, com a Europa, a América do Norte e do Sul criando, dessa forma, uma dependência da exploração de produtos florestais, como a borracha, a castanha, couro, pele de animais, entre outros, garantindo a fonte de renda e emprego dos cidadãos. “Essa situação que além de retardar a introdução de técnicas de produção modernas no setor primário, gerava uma grande instabilidade na economia regional, dada a sua vinculação aos mercados internacionais” (Mahar,1978. Apud MAGALHAES, Rodrigo C. da Silva, 2006).

A Amazônia já havia sido alvo de interesses internacionais antes da Segunda Guerra Mundial, período em que os países interessados fizeram da região um campo de investigações e pesquisas, com o argumento de um possível avanço para as atividades globais. Foi justamente nessa época, que os países mais precisaram de matéria prima para sustentar sua continuidade na guerra e a Amazônia, possivelmente, poderia oferecer os produtos necessários, tais como a borracha e minérios e, conseqüentemente se aproveitar da situação para garantir o mercado de exportação da borracha. Os nacionalistas, então, criaram o termo *Amazônia: cobiça internacional*, a fim de traduzir a preocupação dos setores militares acerca das ocupações indevidas, as invasões e destruição da soberania nacional (MAIO; OLIVEIRA, 2010). As discussões foram marcadas pela questão da defesa da soberania nacional e preservação dos recursos estratégicos da região.

Presidentes e líderes mundiais declararam publicamente que, com a globalização, a soberania dos países pode ser considerada relativa. Afirmando, dessa forma, que se os brasileiros não cuidarem da Amazônia e prejudicarem o clima dos EUA, serão necessárias intervenções militares. Tais discursos podem ser exemplificados: No editorial do Houston Post, em 23 de março de 1989, foi dito que “Amazônia é o pulmão do mundo”; em series editoriais do New York Times, em 1989, foi publicado que “o mundo quer que o Brasil pare de destruir irresponsavelmente a Amazônia”; o Grupo dos Cem México, no México, declarou: “Propõe-se um tribunal que julgue o governo brasileiro pelos crimes de etnocídio e ecocídio” e ainda “só a internacionalização pode salvar a Amazônia”; na revista François Mitterrand, na França, em 1989, foi dito que “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”; Mikail Gorbachov¹⁵ proclamou, em 1989, que “o Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”; Al Gore¹⁶,

¹⁵ Secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética de 1985 a 1991 e Presidente da nação entre 1990-1991, Mikhail Sergeyevich Gorbachev fez as reformas que conduziram ao final da Guerra Fria e auxiliaram o processo que culminou com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ainda em 1991. Demitiu-se da chefia de estado no dia 25 de dezembro de 1991. Em 1993 fundou uma ONG, a Cruz Verde Internacional, que se ocupa das questões da água e do desarmamento, ao que se dedica ainda hoje. Disponível em < <http://educacao.uol.com.br/biografias/mikhail-gorbachev.jhtm>> Acesso em: Novembro de 2012.

¹⁶ Albert Arnold Gore Jr. nasceu em 31 de Março de 1948 na capital, Washington. Gore ganhou as eleições em 1971 e voltou a ser eleito em 1978, 1980 e 1982. Em 1984 foi eleito Senador da República e, entre 1993 e 2001 foi vice-presidente da Nação formando parte do governo do Presidente Bill Clinton. No ano de 2002 foi o candidato democrata nas eleições presidenciais, enfrentando o candidato republicano George W. Bush. Afastado da política, Al Gore concentrou-se em sua luta contra as mudanças climáticas, pela qual recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2007. Disponível em < <http://canalbio.com/pt/biografias/Al-Gore.html;jsessionid=8C07400C482054E7C82DE2A9EC9BD08E>> Acesso em: Novembro de 2012.

enquanto senador afirmou “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas sim de todos”; o General Patrick Hughes, chefe do órgão central de informações das Forças Armadas Americanas, declarou, em 1998, que “caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente”. E para garantir que isso fosse possível os EUA instalaram bases aéreas em outros países utilizando-se de outros pretextos, a fim de dominar a região (FREGAPANI, 2011).

No caso da Colômbia, prometeram combater o narcotráfico e as Farc, substituíram os cubanos retirados após o debacle da União Soviética, dominando totalmente a República da Guiana, executando manobras militares perto da nossa fronteira, quase junto a áreas indígenas em processo de autonomia, ao mesmo tempo em que se desencadeia uma campanha mundial em prol do meio ambiente e da defesa da cultura indígena (FREGAPANI, 2011, p.77).

A utilização da justificativa de criação de uma nação para os indígenas foi bastante utilizada, pois se demonstrado o apoio externo, tal povo poderia ajudar na inserção estrangeira, sendo assim “as entidades ambientalistas e a ala progressista da Igreja esforçaram-se por forjar uma união das nações indígenas, sob o olhar complacente das nossas autoridades” (FREGAPANI, 2011).

Em 1981 o Cristian Church World Coucil, reunindo as seguintes entidades: Comitê Internacional de la défense de l’Amazonie, Inter American Indian Institute, International Ethnical Survival, International Cultural Survival, Workgroup for Indigenous Affairs e Berna-Geneve Ethnical Institute, produziu um documento revelador: as diretrizes específicas para a Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil e demais países da América do Sul, considerando a Amazônia como um patrimônio da humanidade e não apenas dos países que por condições meramente circunstanciais dizem que lhes pertence. Consideram-se no direito e imbuem-se do dever de impedir em qualquer caso ‘a agressão contra toda a área amazônica, quando esta se caracterizar pela construção de estradas, campos de pouso principalmente os destinados as atividades de garimpo; barragens de qualquer tipo ou tamanho; obras de fronteira civis ou militares, tais como quarteis, estradas, limpeza de faixas, campos de pouso militares e outros que signifiquem a tentativas de modificações no meio ambiente ou que provoquem o que a civilização chama e progresso’ (FREGAPANI, 2011, p.131).

A partir do debate, no ano de 1941, políticas de expansão demográfica e povoamento de regiões foram incentivadas pelo presidente Getúlio Vargas para que fosse possível garantir a soberania nacional da região. Ao mesmo tempo se evitariam debates entre os nacionalistas e

os estrangeiros em relação a quem deveria ocupar o território, explorar os seus recursos e garantir um desenvolvimento econômico para região.

Já que, segundo dizia Bismarck¹⁷: “recursos naturais nas mãos de nações que não os querem ou não os podem explorar, deixam de constituir bens e passam a ser ameaças aos povos que os possuem.” Pois “ou povoamos a Amazônia com brasileiros agora e os preparamos para defendê-la, ou o futuro poderá ser muito pior” (FREGAPANI, 2011, p.78).

2.2.1 A relação do Brasil com os Estados Unidos

Os Estados Unidos foram os maiores interventores na Amazônia. Durante a Segunda Guerra Mundial, enfrentaram um grande problema quanto à construção de seus equipamentos de guerra, pois se encontravam sem borracha, um material imprescindível na época que era importado da Ásia, mas que por questões beligerantes não era mais possível mais importar. Dessa forma, o presidente dos EUA, Roosevelt nomeou uma comissão para estudar essa questão e o resultado foi alarmante:

De todos os materiais críticos e estratégicos, a borracha é aquele cuja falta representa a maior ameaça à segurança de nossa nação e ao êxito da causa aliada (...). Consideramos a situação presente tão perigosa que, se não se tomarem medidas corretivas imediatas, este país entrará em colapso civil e militar. A crueza dos fatos é advertência que não pode ser ignorada (Comissão Baruch. Apud NECES, Marcus Vinicius, 2004).

Sendo assim, os EUA iniciaram uma busca pelos recursos necessários e isso os fez se aproximarem dos países da América Latina. Sua aproximação com o Brasil resultou nos Acordos de Washington, assinado em março de 1942. Ficou estabelecido, então, que o Brasil se comprometeria a participar da guerra ao lado dos EUA, suprimindo suas necessidades de

¹⁷ Nasceu na Prússia, em 1815. Entre 1864 e 1871, Bismarck promove a unificação da Alemanha por meio de manobras políticas, diplomáticas e, sobretudo, bélicas - as guerras com a Dinamarca (1864), Áustria (1866) e França (1870) asseguram-lhe hegemonia territorial e econômica sobre a Europa. Em 1871, com Guilherme I coroado *kaiser* (imperador), Bismarck consolida o império. Faz reformas administrativas, cria um banco central e um código de leis civis e comerciais. Entra em conflito com o jovem imperador Guilherme II e deixa o ministério em 1890. Morre oito anos mais tarde, em Friedrichsruh. Disponível em <<http://www.algosobre.com.br/biografias/otto-von-bismarck.html>> Acesso em: novembro de 2012.

abastecimento dos recursos e matérias primas, principalmente a borracha que seria exportada a preço mínimo durante cinco anos. Em troca, os EUA financiaria a expansão do comércio brasileiro e traria mais possibilidade de empregos e renda ao país.

Ou seja,

As atenções do governo americano se voltaram então para a Amazônia, grande reservatório natural de borracha, com cerca de 300 milhões de seringueiras prontas para a produção de 800 mil toneladas de borracha anuais, mais que o dobro das necessidades americanas. Entretanto, naquela época, só havia na região cerca de 35 mil seringueiros em atividade com uma produção de 16 mil a 17 mil toneladas na safra de 1940-1941. Seriam necessários, pelo menos, mais 100 mil trabalhadores para reativar a produção amazônica e elevá-la ao nível de 70 mil toneladas anuais no menor espaço de tempo possível (NECES, 2004).

Para facilitar o financiamento econômico, bancos norte-americanos apresentaram a proposta ao país de oferecer uma linha de crédito de 100 milhões de dólares. “A Rubber Reserve Company (posteriormente designada Rubber Development Corporation – RDC), por seu turno, decidiu ajudar o governo brasileiro a aumentar a produção de borracha, criando um fundo de 5 milhões de dólares” (Mahar, 1978. Apud MAGALHAES, Rodrigo C. da Silva, 2006). Dessa forma, criou-se uma estrutura administrativa imponente, onde novos órgãos foram criados para:

(...) cumprir as metas tais como o Banco de Crédito da Borracha (BCB); o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), posteriormente transformado em Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA); o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP); a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e, com a ajuda financeira da Rubber Reserve Corporation (RDC), foi promovido um reaparelhamento do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP) (MAGALHÃES, 2006).

Porém, para cumprir com as exigências do acordo, era necessário que houvesse um aumento na produção da borracha e conseqüentemente que a mão-de-obra fosse maior, pois a população local não era suficiente para atender a devida produção. Sendo assim, em novembro de 1942, o Presidente Vargas criou uma agência de imigração: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), com a finalidade de transportar os trabalhadores, principalmente nordestinos, para a Amazônia. Também foram criados pelo Governo Federal órgãos com a finalidade de resolver os problemas relacionados à saúde e abastecimento, então foi firmado um acordo entre o Ministério da Educação e Saúde e o

Instituto de Assuntos Interamericanos, criou-se uma agência bilateral entre o Brasil e Estados Unidos que se chamava Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). (MAGALHÃES, 2006).

“Em relação ao problema de abastecimento básico, o Governo Federal criou a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) para fornecer os víveres necessários e outros suprimentos para a região amazônica” (Mahar,1978. Apud MAGALHAES, Rodrigo C. da Silva, 2006). Tal projeto visava à permanência dos novos trabalhadores da Amazônia, pois garantiria o cultivo de alimentos para a sustentação dos recém-chegados. Como a SESP havia sido criada pelos norte americanos como uma agência temporária, atendendo as necessidades da Segunda Guerra Mundial, a fim de resolver questões relacionadas à Amazônia, como o saneamento básico, o combate a malária, a geração de oportunidades de empregos e construção de casas e cidades, “o SESP acabou se constituindo em um instrumento de consolidação da autoridade estatal, tanto sanitária quanto política, do Estado brasileiro” (Campos, 2005. Apud MAGALHÃES, Rorigo C. da Silva, 2006).

Depois de certo tempo, outros problemas foram surgindo e até mesmo o serviço de navegação foi modificado e atualizado pela Rubber Development Corporation com a finalidade de melhorar o transporte (Campos, 2005. Apud MAGALHÃES, Rorigo C. da Silva, 2006). Ou seja, muitos esforços foram feitos para que o Brasil conseguisse cumprir com o Acordo de Washington. O governo modificou a sua estrutura e aceitou intervenções estrangeiras com a finalidade de se desenvolver diante do mercado e se afirmar como um país desenvolvido. A questão é que os interesses dos Estados Unidos em relação ao Brasil eram, possivelmente, meramente econômicos, e não de auxiliar o país no desenvolvimento dos recursos, da navegação e na criação de empregos e melhorias de vida.

Na década de 1940, a fim de continuar controlando a economia e atuar de forma influente, os Estados Unidos enviaram ao Brasil três técnicos: Charles Will Wright, especialista em minerais estratégicos, do U.S. Bureau of Mines, Stephen R. Capps e William Drumn Johnston Jr., geólogos conceituados do U.S. Geological Survey. Tais especialistas foram enviados com a finalidade de estudar os minerais estratégicos a fim de garantir, segundo o governo brasileiro, a defesa continental.

Em 1960, investidores norte-americanos controlavam 85% das fontes de matérias-primas na América Latina. No início da década de sessenta, 97,3% do minério de ferro brasileiro estava sendo explorado por companhias controladas por grupos estrangeiros: dos Estados Unidos havia a Hanna Mining, a U.S. Steel e a Bethlehem Steel; da Alemanha a Mannesman e da Bélgica a Belgo Mineira (BRAGA, 2002).

Ainda na década de 1940, o exército nazista invadiu a Dinamarca e a partir daí os EUA insistiram na ideia de que a América Latina também poderia ser invadida, pois não possuía potencial suficiente para defender-se. Sendo assim, se colocou pronto a auxiliar na defesa dos países (BRAGA, 2002). Contudo pode-se entender que os objetivos principais não se resumiam ao auxílio na defesa, mas sim, provavelmente, na possibilidade de exploração dos recursos estratégicos e a utilização das matérias primas desenvolvidas, além de garantir a cooperação com tais países. Quando a guerra acabou, se iniciou o período de Guerra Fria e os EUA ainda mantinham o objetivo de fazer da América Latina e o Brasil suas reservas estratégicas.

Com o fim da expansão do comércio da borracha, aliado a questão de que a Grã Bretanha e a Holanda estavam esgotadas devido a Segunda Guerra e por isso abriram mão de suas colônias, o interesse na Amazônia se modificou. Os EUA também perderam o interesse na borracha brasileira, pois com o fim da Segunda Guerra, o mercado com a Ásia se reestabeleceu aliada à criação da borracha sintética, cujos preços eram mais baixos do que a natural produzida pelo Brasil; além disso, os norte americanos visavam outros mercados. Porém, devido aos Acordos de Washington, que ainda estavam vigentes, essa ruptura não poderia acontecer (Dean, 1989. Apud MAGALHÃES, Rodrigo C. da Silva, 2006).

Com o fim da cooperação com os EUA, na década de 1980, pressões foram feitas ao governo brasileiro a respeito das questões ambientais. O tema reapareceu com força e novos discursos começaram a ser criados a fim de suprir os interesses internacionais. As atividades econômicas deveriam ser controladas, pois não era permitido prejudicar “o pulmão do mundo”, tal termo foi criado para incrementar a discussão e enfatizar os problemas ambientais existentes. Para interromper a exploração também foram usados os temas sobre a preservação das etnias e das culturas indígenas que necessitam, segundo os Estados interessados na região, de proteção internacional para se defender do governo brasileiro, pois o Brasil não era capaz de manter a ordem na Amazônia. Em 1986, milhares de cidadãos europeus assinaram um documento que foi submetido ao Congresso Constituinte no Brasil, com a intenção de que fosse incorporado ao texto da Carta Magna que estava sendo elaborada, que exigia que as tribos indígenas recebessem o título de nação (FREGAPANI, 2011).

Na época da bipolaridade, os Estados Unidos, por mais que se interessassem pelo território da Amazônia não poderiam arriscar alguma tentativa de dominação, pois perderiam

o apoio do Brasil e de alguns países da América Latina na divisão política e estratégica do globo. Porém, a partir do momento que essa questão se encerrou e o mundo se tornou multipolarizado os Estados Unidos começaram a ameaçar os países que poderiam influenciar negativamente suas escolhas diante do cenário internacional. E se um país se encontrasse em um ambiente de instabilidade social ou econômica haveria uma maior probabilidade de que existissem tentativas de inserção nesse território. Um exemplo dessa demonstração de força e tentativa de liderança foi o caso da Guerra do Iraque, na qual, os interesses estrangeiros definiriam a cultura, a forma de vida e a provável ruína dos envolvidos (FREGAPANI, 2011).

Durante algum tempo o interesse internacional esteve claro: não se tratava de tomar terras, mas de impedir a interferência em seus mercados, principalmente a que aconteceria se houvesse uma super produção de ouro, principalmente o encontrado nas serras que separam o Brasil da Venezuela, onde existe a maior concentração do precioso metal (FREGAPANI, 2011, p. 24).

2.2.2 Relações entre o Brasil e a Inglaterra

Nas primeiras décadas do século XIX, logo após a independência do Brasil, a Inglaterra, detentora de uma das maiores frotas navais, se utilizou de seu poder a fim de controlar e, possivelmente, se apossar da região amazônica. Tal fato ocorreu porque o regente Diogo Antônio Feijó¹⁸ autorizou que as tropas britânicas invadissem o Pará a fim de deter a situação de revolta que surgiu no território. A revolta da cabanagem, como foi chamada, composta por cidadãos pobres, os cabanos, e índios contra as injustiças sociais e imposições dos portugueses. Os revoltosos conseguiram controlar a capital e as regiões próximas, por isso, o regente tinha como objetivo recuperar as áreas perdidas.

¹⁸ Nasceu em 1784, em São Paulo. Em 1821, foi eleito deputado por São Paulo nas Cortes de Lisboa, onde fez um corajoso discurso em favor da independência do Brasil. Ameaçado pela agitação contra os brasileiros separatistas que tomava conta das ruas, fugiu para a Inglaterra com ajuda de diplomatas britânicos. Regressou ao Brasil depois da proclamação da Independência, em 1822. Deixou o ministério, mas foi feito presidente do Senado em 1833, pelo Rio de Janeiro. Feijó fundou o Partido Progressista, que deu origem ao Partido Liberal. Seus opositores formaram o grupo Regressista, que gerou o Partido Conservador. Morre em 1943. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/biografias/diogo-antonio-feijo.jhtm>> Acesso em: Novembro de 2012.

Feijó arquitetou a participação estrangeira de forma secreta que só foi descoberta 160 anos depois quando o “antropólogo David Cleary¹⁹, 42 anos, autor de uma elogiada pesquisa sobre os garimpos de ouro da Amazônia, encontrou, no arquivo do Publics Records Office, em Londres, correspondência travada, de 1835 a 1839, entre a Embaixada, o Ministério das Relações Exteriores e o Almirantado Britânico (Agência Estado, PINTO).²⁰

Era o dia 17 de dezembro de 1835. Os embaixadores da Inglaterra e da França, Fox e Pontois, chegaram à sede do governo brasileiro, no Rio de Janeiro, para uma audiência "secreta e confidencial" convocada por Diogo Antônio Feijó, que governava o Brasil como regente, em nome de d. Pedro II, ainda sem idade para assumir a administração do império depois da renúncia de seu pai, d. Pedro I. Feijó comunicou aos dois embaixadores que esperava reunir no Pará, até abril do ano seguinte, uma força de aproximadamente três mil homens para retomar o controle da capital e das áreas próximas a Belém, em poder de rebeldes. Eles haviam desencadeado um sangrento motim em janeiro daquele ano, destituindo as autoridades legais, assumindo o poder e iniciando uma perseguição a cidadãos portugueses, sobretudo aos comerciantes, ainda os donos do poder local. Feijó repetiu-lhes o que já havia pedido, em outro encontro secreto anterior, ao embaixador de Portugal, de cujo jugo colonial o Brasil se havia livrado apenas 13 anos antes: que mandassem de 300 a 400 soldados de seus países para participar do ataque aos amotinados "cabanos", como os paraenses eram conhecidos. Essas tropas estrangeiras seriam embarcadas em navios de guerra dos três países e chegariam a Belém "como que por acaso", recebendo autorização para permanecer em território nacional. Seriam mantidas de prontidão "para cooperar com as tropas brasileiras, a pedido e a critério das autoridades brasileiras em comando". Essa cooperação se faria pelos interesses gerais da humanidade e da civilização, e também pelo objetivo específico de proteger nossos respectivos conterrâneos e restituir a eles a posse de suas residências e bens". Mas o regente do império fazia uma ressalva: teria que ser omitido "o fato de as medidas terem sido tomadas a pedido do governo brasileiro. Em abril de 1836, a tropa imperial brasileira e uma esquadra britânica realmente se encontraram no Pará, mas não da maneira pretendida por Feijó. Três navios de guerra foram deslocados de Barbados para Belém, pelo Comando Supremo das Índias Ocidentais, com a missão de exigir a prisão dos assassinos da tripulação de um navio mercante inglês, que fora pilhado cinco meses antes no litoral paraense (Agência Estado: José Paulo Lacerda/AE).

A cabanagem foi uma das revoltas cujo índice de mortes foi considerado um dos mais altos em relação a outras revoltas que ocorreram no território brasileiro. Estima-se que mais

¹⁹ David Cleary é britânico, formado em antropologia pela Universidade de Oxford (D. Phil. 1988). Foi professor nas universidades de Edinburgh, Cambridge e Harvard antes de sair da vida acadêmica no meados da década de 1990 para trabalhar em projetos ambientais no Brasil. Em 1999 ele ingressou na ONG internacional The Nature Conservancy, fundando seu programa de conservação na Amazônia, inicialmente no Brasil e depois na bacia. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Estratégias de Conservação para América Latina, e lidera o engajamento da TNC com o setor privado, especialmente agronegócios. Disponível em <<http://2009.ethanolsummit.com.br/telas/palestrantes/curriculo.aspx?id=55>> Acesso em Nov de 2012.

²⁰ Informação disponível em <http://www.amazonialegal.com.br/textos/historias/Historia_Amazonia.htm> Acesso em Out 2012.

de 30 mil pessoas foram mortas. O acordo entre o Feijó e os ingleses demonstrou que havia interesse por parte da Inglaterra de controlar o território e dominar a região, pois assim que os rebeldes fossem contidos e a capital retomada, a Inglaterra seria reconhecida pelo governo brasileiro. O governo inglês alegava: “Se a revolução cabana não for agora sufocada, a extensa e fértil província do Pará poderá ser considerada como perdida para o mundo civilizado”, assinalou o embaixador Fox para Lorde Palmerston (Agência Estado)²¹. Ou seja, já existia a ideia na Inglaterra de transformação de um ambiente arcaico para um ambiente civilizado.

O novo governo passou a ser controlado por Angelim, líder político cearense que chefiava o terceiro governo popular da Cabanagem que estava disposto a resolver os problemas sociais e econômicos que afligiam as camadas populares. No entanto, outras províncias não estavam de acordo e devido à carência de recursos e estabilidade a república popular foi prejudicada. Os militares imperiais foram enfraquecendo o movimento cabano e em 1836, Eduardo Angelim foi capturado pelas autoridades. Entre 1837 e 1840, os conflitos no interior foram controlados. “Dessa maneira, a Cabanagem encerrou a única revolta regencial onde os populares conseguiram, mesmo que por um breve período, sustentar um movimento de oposição ao governo” (SOUSA)²².

A partir do que foi exposto, pode-se dizer que iniciativas estrangeiras foram tomadas a fim de controlar ou manipular a região da Amazônia, e algumas foram programadas pelo próprio governo do Brasil. Diante dessas possíveis formas de inserção, alguns governos do Brasil e posteriormente a população, perceberam, provavelmente, os reais interesses da sociedade internacional. Porém, ainda persistem as discussões se as políticas de proteção à soberania foram suficientes para garantir o domínio da região e se os fatores geopolíticos poderiam ser ou foram utilizados na defesa do território.

²¹ Informação disponível em <http://www.amazonialegal.com.br/textos/historias/Historia_Amazonia.htm> Acesso em Out 2012.

²² Informação disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiab/cabanagem.htm>> Acesso em: Out 2012.

Capítulo 3

Padrões geopolíticos presentes na defesa da Amazônia

1.1 Alguns Projetos referentes à Amazônia

Conforme abordado nos capítulos anteriores, a Amazônia é de grande importância para o território brasileiro. Além das questões ambientais, como a preservação da biodiversidade e a valorização dos fatores climáticos, características que enfatizam as riquezas existentes, a região possui inúmeras riquezas minerais, a exemplo do titânio, do estanho, do cobre, do manganês, do níquel e do diamante. Há, ainda, na região água doce em abundância, responsável por 18% do desaguamento mundial. Tais recursos estratégicos garantem o crescimento econômico e industrial do Brasil. Mas, também, geram, em outros países a necessidade de controlá-los ou dividi-los. A geopolítica do desenvolvimento e da biodiversidade, estabelecidas entre a população, o território e os recursos naturais, precisam de políticas de defesa, sendo o Estado um dos atores das políticas de expansão ou preservação do território (NASCIMENTO, 2010).

Diante dessas questões, é factível analisar o comportamento do Executivo Federal na tomada de decisões quando se trata da formulação e/ou execução de programas em prol da defesa do território amazônico. Vale salientar que existe uma preocupação do governo brasileiro quanto a essas discussões e quanto às relações internacionais. Porém, é necessário que haja uma governança, ou seja, processos políticos-institucionais e administrativos, de maneira que seus mecanismos políticos e organizacionais existam e funcionem. Pois, devido às riquezas dessa região, os interesses internacionais se tornam mais evidentes e a sociedade internacional se utiliza do argumento de que o Brasil não consegue controlar seu território, e, por isso, não está apto a protegê-lo. Sendo assim, pode-se dizer que:

A fronteira móvel, fundamento histórico da produção do espaço regional e do próprio Brasil deixa de ser o eixo central da Amazônia, que hoje se configura como uma efetiva região, nela coexistindo fronteiras de vários tipos. No momento em que a ciência se debate entre a crise dos paradigmas dominantes e as novas concepções emergentes, é lícito inquirir se o conceito de fronteira, tal como se apresenta hoje, permanece válido (BECKER, 2004, p. 19).

Nos últimos anos a Amazônia sofreu grandes modificações que se iniciaram a partir do momento em que foram descobertas as riquezas e os recursos que a região poderia oferecer. Novos atores surgiram e o contexto histórico definiu as motivações desses atores internacionais ou nacionais. As instituições governamentais perderam o poder e tal domínio se tornou relativo, enquanto forças globais surgiram e modificaram a economia dos países. Conseqüentemente, novos tipos de fronteiras configuraram-se, não territoriais nem expansionistas, mas de força internacional no âmbito da cooperação global. A região amazônica é uma fronteira que é considerada importante, vista pelos estrangeiros, pois é a responsável pela preservação ambiental do planeta. Nos capítulos anteriores foi ressaltado que essa percepção não é só ambientalista, mas também contém um caráter econômico de interesses nos recursos oferecidos. “Em nível regional/local, a incidência dessas percepções e ações somadas às demandas sociais, é expressa numa dinâmica territorial de grande velocidade de transformação e numa nova geografia Amazônica” (BECKER, 2004).

Globalização, de um lado, e fragmentação, do outro, são, portanto, as duas faces deste mundo mais complexo ao qual o Brasil trata de se adaptar, para isso reorientando e reexaminando as premissas de sua política externa. Na intersecção desses dois grandes processos se configuram os novos condicionamentos a que estará sujeita nossa ação internacional, a ser pautada por uma articulação cada vez mais forte entre as esferas externa e interna. Quanto mais ampla a inserção econômica e política do país na ordem internacional, mais tenderá a se diluir a distinção que até há pouco prevalecia, no Brasil, entre a política externa e a política doméstica. (...) Constata-se que a aspiração de tornar o Brasil um ator relevante na política regional e mundial é amplamente compartilhada pela comunidade brasileira da política externa. O sentimento de identidade nacional, construído sobre a ideia de um país de dimensões continentais, grande população e invejáveis riquezas naturais, notável uniformidade cultural e linguística empenhado em promover seu desenvolvimento econômico, é o que subsidia esse anseio (SOUZA, 2009, p.9, 11).

Sendo assim, a partir do que foi citado, pode-se dizer que o interesse do governo e da população brasileira é o de expandir as relações do Brasil com outros países, levando em consideração o fato de que é necessário o equilíbrio da esfera doméstica e externa. O Brasil enfrenta a necessidade de se manifestar diante da sociedade internacional e busca se mostrar capaz de participar dos acordos.

A partir da década de 1980, os planos governamentais se modificaram e propuseram a integração da região amazônica, a fim de unir o norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas ao resto do país, o que posteriormente seria denominado de Projeto Calha Norte. Concomitantemente, como a Amazônia estava cada vez mais visada, internacionalmente,

muitos projetos de exploração foram desenvolvidos, tais como o Projeto Trombetas da Companhia Vale do Rio Doce que visava a exploração de bauxita; o Grande Carajás, com a exploração do mercúrio do ferro; o Albras-Alunorte, para a produção de alumínio metálico e alumina, na Vila do Conde; o Tucuruí no Rio Tocantins e a hidroelétrica de Balbina. Esse panorama contribuiu para a expansão demográfica, bem como das fronteiras agrícolas, da pecuária, da expansão mineral e industrial, dessa forma, estimulou ainda mais as tensões sociais existentes entre os produtores e exploradores da região. Além dessa questão, como as estruturas de fiscalização e supervisão estatal eram precárias, a infraestrutura deficiente não suportava tantas pressões, tanto nacionais como internacionais (LOURENÇÃO, 2003).

A partir da década de 1990, porém, algumas modificações começaram a surgir no cenário brasileiro, pois a sociedade internacional se mostrava cada vez mais interessada no território e nos recursos produtivos da região. Projetos de valorização do Estado foram implantados, como o Projeto Calha Norte, e de inteligência artificial e tecnológica como o Projeto SIVAM a fim de garantir a segurança territorial e o desenvolvimento da Amazônia. As questões ambientais e a relevância do desenvolvimento econômico-social aliados à preservação das fontes de recursos estratégicos se tornaram importantes e imprescindíveis para a formação de projetos de cooperação entre os países. Foi criado, por exemplo, o Programa de Ações Estratégicas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1999, composto por 17 projetos que tinham por objetivo “o macro planejamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento regional, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento social e reorientação da base produtiva” (LOURENÇÃO, p.40, 2003). Os projetos se desenvolveram a partir dos recursos financeiros conseguidos “dos acordos de cooperação internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO)” (LOURENÇÃO, 2003 p.40,). Porém, a SUDAM foi extinta em 02/05/2001, pela medida provisória 2.145, sendo criados, em seu lugar, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

A questão é: como o governo do Brasil procedeu diante das pressões internacionais? Alguns projetos de proteção ambiental foram criados, a princípio, com interesses econômicos, mas que auxiliaram de alguma forma o desenvolvimento da Amazônia. O Programa *Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras*, por exemplo, negociado em Genebra em 1991 e lançado em 1993, foi financiado pela União Europeia, Canadá, França, Alemanha,

Japão, Estados Unidos, Itália e Reino Unido que investiram 250 milhões de dólares. Porém, uma revisão recente concluiu que o Programa não conseguiu cumprir com seus objetivos de diminuir o desmatamento e a perda dos recursos naturais, mas soube demarcar as terras dos indígenas das reservas dos extrativistas (BECKER, 2004).

3.1.1 INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Em 1952, durante a gestão do presidente Getúlio Vargas, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A partir de 1954 o Instituto entrou em vigor com a finalidade de desenvolver tecnologias, de modo que isso pudesse gerar um crescimento da região, o bem-estar da população e o desenvolvimento econômico-social. Atualmente o INPA é ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), e é composto por 729 servidores. A criação do INPA ocorreu, principalmente, em resposta à criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica que detinha investimentos estrangeiros, enquanto o INPA detinha recursos nacionais.²³ O Instituto possui 12 Coordenações de Pesquisa: Botânica; Biologia; Aquática; Ecologia; Agricultura; Tecnologia de Alimentos; Silvicultura Tropical; Ciências da Saúde; Produtos Florestais; Produtos Naturais; Entomologia e Ciências Agrônomicas; Clima e Recursos Hídricos e Núcleos de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Os três núcleos de pesquisa estão localizados nos Estados do Acre, Roraima e Rondônia.

A criação do Instituto foi de grande importância, tanto para o âmbito nacional como também para o âmbito internacional, pois demonstrou que o Brasil estava consciente das tentativas de inserção estrangeira na região. O governo brasileiro não permaneceu omissos à situação e desenvolveu um dos grandes polos de pesquisa da Amazônia, bem como foi um grande gerador de empregos e ainda, responsável pelo desenvolvimento econômico e a promoção de melhores condições de vida, aliando a responsabilidade do cuidado com a biodiversidade e preservação dos fatores e recursos estratégicos da Amazônia.

²³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/ciencia-e-tecnologia/unidades-de-pesquisa/instituto-nacional-de-pesquisas-da-amazonia-inpa>>. Acesso em Nov 2012.

3.1.2 Projeto Calha Norte

Em 1985, durante o governo do presidente Jose Sarney, foi desenvolvido o Projeto Calha Norte com o objetivo de povoar as fronteiras do Brasil, melhorar a infraestrutura do território próximo ao Rio Amazonas e Solimões, e dessa forma, estabelecer o povoamento da região a fim de impedir o avanço de outros países na área. Além disso, conseqüentemente, invasões de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em busca de suprimentos, tentariam ser evitadas. Ou seja, manutenção da soberania nacional e da integridade territorial da região do Projeto Calha Norte, e a promoção do desenvolvimento regional. “A ideia de desenvolvimento econômico nas faixas de fronteira, especialmente na Amazônia Legal, firma-se na ocupação gradual e sistemática dessas áreas, através de políticas do Governo calcadas em projetos de colonização dos vazios existentes na região” (CAVALCANTE, 2012)²⁴. O programa abrangia uma área de 10.938 Km, seis Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima e 194 municípios, com uma área de atuação de 32% do Território Nacional. Além de garantir a soberania da região com a utilização dos recursos provenientes da vigilância terrestre, aérea ou naval, o Projeto Calha Norte tinha como objetivos:

Enfrentar as sérias carências de caráter socioeconômico sofridas pelas populações locais, visando a colonização e o desenvolvimento dessa área e sua conseqüente integração ao restante do Brasil, através da implantação de vários itens de infraestrutura básica (escolas, hospitais, estradas, energia, etc.). Por exemplo, cabia ao Ministério das Relações Exteriores, através da instalação de postos diplomáticos na fronteira, promover o desenvolvimento das relações bilaterais com os países vizinhos (LOURENÇÃO, 2003, p.48).

Algumas metas foram criadas pelo Exército a fim de garantir a realização do trabalho no projeto Calha Norte. Entre as metas, podemos destacar: a importância do aumento da presença brasileira na área, a demarcação de fronteiras, o fortalecimento das estruturas governamentais de oferta de serviços, a fim de que se pudesse criar um desenvolvimento sustentável. Vale salientar, ainda, o fortalecimento das relações entre os países fronteiriços, com o apoio consular para que ocorra o implemento dos mecanismos de cooperação, dos fatores de produção e das trocas comerciais. Seria importante também administrar a questão da energia utilizada e das telecomunicações; complementar o transporte fluvial; fortalecer a ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social na região; e, por fim, promover a assistência e proteção às populações indígenas, delimitando e

²⁴ Disponível em: <http://www.espacoamazonico.com.br/artigos/calhanorte.htm> Acesso em Nov 2012.

demarcando suas terras e estimulando o seu desenvolvimento (Amazônia Legal)²⁵. Dentre os projetos para o desenvolvimento do Projeto Calha Norte estão os projetos de construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial, de implantação da infraestrutura básica nos municípios da região do Projeto Calha Norte e de implantação de unidades militares.

A princípio, o Projeto foi criado com a finalidade de se estabelecer a defesa do Estado, porém, posteriormente, ele foi modificado e ficou responsável por manter a segurança, da população, de fato. Ou seja, políticas de proteção foram criadas, e não apenas ações de defesa caso fossem necessárias. “Isso correu pela intensificação e ampliação das bases territoriais do narcotráfico, do contrabando e dos conflitos entre índios e garimpeiros relacionados à extração ilegal dos minérios em terras indígenas que ameaçavam a segurança nacional” (NASCIMENTO, 2005).²⁶

Em 2012, o Calha Norte completou 25 de existência. Ao decorrer dos anos os projetos foram implantados e modificados, contudo, vale salientar, que tal projeto foi de grande importância para o estabelecimento de políticas e regras na região norte.

3.1.3 Política de Defesa Nacional (PDN)

A ampliação da importância estratégica da Amazônia se reflete, no teórico e político, no documento governamental “Política de Defesa Nacional” (PDN) de 1996; e, no nível prático, no significativo aumento da presença militar na região (LOURENÇÃO, 2003).

Em 1996, o documento governamental, Política de Defesa Nacional, foi publicado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Tal documento enfatiza a importância da defesa da soberania nacional referente ao território brasileiro e as delimitações de fronteiras da Amazônia, região onde não existia uma proteção e garantia da segurança interna. Mesmo com a criação do Projeto Calha Norte, as autoridades não conseguiam manter

²⁵ Disponível em: www.amazonialegal.com.br/textos/historias/Historia_Amazonia.htm Acesso em Nov 2012.

²⁶ Artigo inspirado na Tese de Doutorado do próprio autor, Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea, defendida em 18 de março de 2005, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

a ordem na região, e a PDN poderia redirecionar, ainda, as Forças Armadas, a fim de cumprir os objetivos do Governo.

Os principais pontos discutidos pela PDN foram: a questão de que, a partir dos conflitos existentes, sendo eles internos, de cunho religioso e étnico, ou externos no âmbito nacionalista, “os conceitos tradicionais como soberania, autodeterminação e identidade nacional continuam a ter relevância” (LOURENÇÃO, 2003, p.17). Sendo assim, novas regras econômicas entre a sociedade internacional estão sendo desenvolvidas e, aumenta-se, portanto, a participação de atores não governamentais, sendo necessária a criação de novos métodos de defesa. As Forças Armadas são consideradas os “instrumentos para o exercício do direito de autodefesa, conforme está inscrito na Carta das Nações Unidas” (LOURENÇÃO, 2003, p18). Pois, apesar de manter uma relação de estabilidade com outros países, o Brasil não está livre de riscos e precisa defender seu patrimônio diante das adversidades, a fim de, também, manter a aproximação com os países do continente e adquirir credibilidade internacional quanto ao fato da capacidade brasileira na manutenção da ordem do território (LOURENÇÃO, 2003). Sendo assim, pode-se dizer,

Na Região Amazônica, a PDN contempla os anseios da elite militar que há muito reivindicava uma explícita proposta que orientasse o modo de proceder do Estado nessa área, ou seja, que apresentasse regras claras para institucionalizar marcos regulatórios referentes a como proceder estrategicamente na administração dos conflitos de segurança nacional. A análise de seus meandros revela, ainda, que essa é uma política extremamente coerente com as condições econômicas, políticas, geográficas e bélicas do Brasil, tendo, na diplomacia, a base para a resolução de conflitos em escala regional e global, corroborando, simultaneamente, o potencial militar de qualquer Estado para enfrentar os fracassos no campo diplomático” (NASCIMENTO, 2005, p. 13).

As transformações no cenário internacional ocorreram após a Guerra Fria quando os países começaram a defender suas estratégias de proteção aos seus territórios, pois novas regras de política e economia começaram a ser estabelecidas, já que os países não queriam mais manter uma relação de dependência total dos recursos externos. Sendo assim, durante a PDN, uma atenção especial foi dada a Amazônia na questão das definições de prioridades estabelecidas pelo Governo Federal, porque a região era considerada uma zona de pouca

estabilidade, já que a presença de muitos guerrilheiros era constante. Então a PDN começou a formular estratégias para a defesa e proteção da Amazônia no sentido mais militar, e criou o Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM, redimensionando sua concepção e implantação, além de identificar quais eram as ameaças existentes no território passou a agir de encontro a elas. (LOURENÇÃO, 2003).

3.1.4 Os Projetos SIVAM e SIPAM

A resposta do governo brasileiro diante do cenário de inserção de outras economias na Amazônia gerou o sistema SIPAM/SIVAM que previa a proteção e vigilância da Amazônia. Tal projeto, criado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) em conjunto com os Ministérios da Justiça e da Aeronáutica do Brasil, baseava-se em sistemas muito avançados de tecnologia a fim de garantir a defesa do território. A iniciativa foi nacional, porém os EUA conseguiram participar, pois o Brasil precisava de tecnologia, e financiamento. O Exibank americano, então, fez o empréstimo e garantiu o sistema sofisticado. Contudo, o sistema SIPAM esteve sob as ordens da Casa Civil da Presidência da República, enquanto o sistema SIVAM permaneceu subordinado ao Ministério da Defesa. Diante dessa divisão é importante salientar:

Reconhece-se, assim, a dupla face do sistema: a face militar, de vigilância do tráfego aéreo e fiscalização de superfície, fundamental para a segurança das fronteiras e a face civil que coleta, armazena e difunde dados e informações fundamentais ao conhecimento do território. Ademais, os radares e sensores do sistema tem grande alcance e monitorarão parte da Amazônia que não pertence ao Brasil, e representantes da Colômbia, Peru e Bolívia já manifestaram o interesse de seus países em receber sistematicamente informações colhidas pelo SIVAM/SIPAM. O sistema constitui, assim, um instrumento de grande potencial para intercâmbio com os países amazônicos, sobretudo em face da perspectiva de resgate do Tratado de Cooperação amazônica e da instalação de seu secretariado permanente em Brasília” (BECKER, 2004, p. 37).

O SIVAM dividiu a Amazônia em três partes: Manaus, Belém e Porto Velho. Essas áreas estavam sob o controle de um Centro Regional de Vigilância (CRV) que era controlado pelo Centro de Coordenação Geral (CCG) situado em Brasília. “O sistema teria uma rede primária de informações, que ligaria os CRV e o CCG entre eles; uma rede secundária, compreendendo estações que usariam radares e a rede terciária, abrangendo as estações

menores”²⁷. Então, o Ministério da Aeronáutica assumiu o Programa. “Foi preciso ter o conhecimento minucioso das potencialidades e das limitações da região e da atuação sistematizada sobre as atividades consideradas lesivas aos interesses nacionais, isto é, a exploração predatória, o narcotráfico, a agressão ao ecossistema e a ocupação das reservas indígenas”²⁸

Segundo o discurso do Coronel aviador,

A implantação total do SIVAM, dada a premência de que se reveste, já se encontra em estágio relativamente adiantado no que concerne à implementação de equipamentos eletrônicos de vigilância aérea, espalhados por todo o território que o plano geral abrange. Entretanto, face à amplitude e complexidade do projeto, o governo brasileiro tem que reconhecer a imperiosa necessidade de priorizar recursos para a aquisição e manutenção de vetores (aeronaves de interceptação), de modo a viabilizar e agilizar a implementação do Sistema e tornar, portanto, exequível, a curto prazo, a defesa aeroespacial daquela região. Ademais, configura-se imperativo para a consecução de uma defesa aeroespacial eficaz, por nossa Força Aérea, que contemos, além dos vetores anteriormente aludidos, com uma legislação consentânea com a nossa realidade (definindo claramente as diversas etapas na consecução da tarefa de interceptação de aeronaves ilícitas); de armamentos adequados e pessoal altamente adestrado e proficiente, além de uma eficiente infraestrutura aeroportuária, que contemple vários aeródromos da Amazônia, condizentes com os objetivos propostos para a defesa desta vasta, rica e cobiçada região de nosso Brasil. O tema em questão, acima de tudo, é uma questão de soberania. Trata-se de um imperativo geopolítico e como tal deve ser encarado. Preocupemo-nos com a nossa Amazônia, antes que seja tarde demais” (Coronel-Aviador da Reserva da Força Aérea).

Durante a implantação, no primeiro ano, foram elaborados os projetos de edificações, o levantamento de campo e a criação de softwares e equipamentos. Na segunda fase, foram contratadas e iniciadas obras civis e o recebimento das fabricas, já no terceiro ano, as obras civis foram finalizadas em Manaus e em Brasília e foram iniciadas em Belém e Porto Velho. No quarto ano, ocorreu o termino das instalações em Manaus e Porto Velho, o termino do recebimento de equipamento e por fim, a integração entre as quatro áreas.²⁹

No ano de 2012, tal projeto completou 10 anos de existência. Durante alguns anos comentou-se que ele não sairia do papel ou que não auxiliaria no controle da Amazônia, desse modo, ficou paralisado durante dois anos devido à política de não aceitação dos senadores,

²⁷ Disponível em: <www.sivam.gov.br> Acesso em Nov 2012.

²⁸ Id.

²⁹ Id.

como foi explicitado em alguns jornais da época, a exemplo do periódico: O Solimões que em julho de 1995, por exemplo, publicou o seguinte:

Desinformação e má intenção tem sido a tônica de todas as críticas ao SIVAM, que tem vícios na sua fase licitatória que precisam ser corrigidos, mas, ainda assim, é depois da Zona Franca de Manaus, o mais importante projeto para a soberania brasileira sobre a Amazônia. Acostumados a tratar de questões pequenas, os políticos não avaliam a importância do projeto e conduzem errada a opinião pública atribuindo ao SIVAM características que não existem (Jornal Solimões, 1995).

Porém, o SIVAM/SIPAM encontrou utilidade no monitoramento das fronteiras aéreas, na coibição do desmatamento, na vigilância do meio ambiente e no controle das questões ambientais e das questões relativas ao tráfico de drogas entre as fronteiras. Atualmente, o SIPAM coordena a gestão do projeto da cartografia da Amazônia em parceria com as forças armadas, que é composto por três subprojetos: Cartografia Terrestre, Geológica e Náutica. Já o SIVAM foi convertido em um órgão militar.

Críticas foram feitas ao SIVAM/SIPAM, principalmente por um cientista chamado Rogério Cesar Cerqueira Leite que não entendia o porquê o Projeto foi estabelecido, financiado e composto por uma empresa estrangeira, quando a sociedade científica alegou que estaria apta a desenvolver o sistema avançado de tecnologia. Além disso, não houve uma preocupação de fato do Congresso em discutir tais ideias e até mesmo de parte da população em geral, não houve interesse, pois muitos civis não estavam familiarizados com a ideia.

Ou seja:

“Ocorre que a discussão de qualquer projeto de defesa, como o SIVAM, não se faz exclusivamente em torno do projeto em si, mas precisa estar integrada à definição dos interesses estratégicos nacionais, sendo que o Congresso Nacional é a instituição "por excelência" para empreender tal definição, traduzindo melhor o que se pode chamar de vontade nacional, ao representar os diversos setores da sociedade em geral” (LOURENÇÃO, 2003, p.195).

Analisando o que foi citado, pode-se inferir que a criação deste projeto de defesa e a criação de projetos anteriores foram baseadas, principalmente, em interesses nacionais que geralmente são definidos por uma minoria do governo, ou da população. A decisão de utilização de tecnologia estrangeira em detrimento da utilização de tecnologia nacional é um exemplo claro de que os interesses em manter relações de cooperação com a sociedade

internacional e de garantir a inserção no mercado global se sobrepuseram ao argumento dos cientistas brasileiros que afirmaram que o Brasil possuía tecnologia suficiente e trabalhadores aptos a desenvolver sistemas avançados de defesa. Contudo, a cooperação pode ser entendida com uma forma de poder coercitivo não aparente, mas também pode ser uma forma de manter o diálogo entre os países e de estabelecer uma relação diplomática, o que pode fortalecer os laços entre o Estado e a sociedade civil. (BECKER, 2004).

3.2 Estratégia de Defesa Nacional

A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do país, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças.³⁰

Em 18 de dezembro 2008, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou um documento que definia as estratégias da defesa nacional, um plano de ação de médio a longo prazo que tinha como objetivo modernizar a estrutura nacional de defesa, a fim de reorganizar a indústria bélica e as Forças Armadas. Entre as estratégias que foram estabelecidas podem ser citadas: acabar com as forças hostis nas fronteiras e organizar as Forças Armadas de modo que seja possível o controle e monitoramento do espaço. Além de tentar a unificação das três forças, o Exército, a Marinha e a Força Aérea, de modo que pudessem definir as estratégias de defesa, seria necessário priorizar a Amazônia a fim de desenvolver a região de forma sustentável sem permitir o acesso de organizações que ao privilegiar interesses internacionais. Pois, “quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil”. Por fim, seria importante o estímulo à integração do Brasil com a América do Sul, a fim de garantir a defesa do Brasil e a cooperação regional.³¹ Tal documento foi a base inicial para a formulação das estratégias e do avanço da defesa do território do Brasil e, em especial, da Amazônia.

Apesar de outros projetos serem desenvolvidos o Governo Federal não conseguiu atingir as expectativas e cumprir todos os seus objetivos, mas, ao menos, se tornaram pontos

³⁰ Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/end.php> > Acesso em out 2012.

³¹ Disponível no site do Ministério da Defesa: < www.defesa.gov.br > Acesso em out 2012.

de partida no sentido de enfatizarem a necessidade do controle do Brasil e de suas fronteiras. Algumas políticas foram desenvolvidas a partir de interesses internacionais, outras a partir de interesses nacionais, a questão é que não devem ser levados em consideração apenas esses Projetos, mas o aprendizado do governo do Brasil e de sua população na condução de um país ao progresso.

Então, é importante salientar que:

A Estratégia Nacional de Defesa inspira-se em duas realidades que lhe garantem a viabilidade e lhe indicam o rumo. A primeira realidade é a capacidade de improvisação e adaptação, o pendor para criar soluções quando faltam instrumentos, a disposição de enfrentar as agruras da natureza e da sociedade, enfim, a capacidade quase irrestrita de adaptação que permeia a cultura brasileira. É esse o fato que permite efetivar o conceito de flexibilidade. A segunda realidade é o sentido do compromisso nacional no Brasil. A Nação brasileira foi e é um projeto do povo brasileiro; foi ele que sempre abraçou a ideia de nacionalidade e lutou para converter a essa idéia os quadros dirigentes e letrados. Este fato é a garantia profunda da identificação da Nação com as Forças Armadas e destas com a Nação. Do encontro dessas duas realidades, resultaram as diretrizes da Estratégia Nacional de defesa (Ministério da Defesa).

Ou seja, a END é importante para a criação de soluções diante da falta de sistemas adequados de defesa, se utilizando, de forma flexível, dos meios necessários para a manutenção da ordem. A END é, ainda, de grande importância pois cria uma relação de compromisso do Governo para com a população e aprofunda a ideia de soberania nacional e necessidade de defesa dos territórios e do bem estar da população.

A criação dos Projetos citados anteriormente evidenciou que houve interesse do Brasil em resolver os conflitos que transpassaram o cenário doméstico e ultrapassaram a fronteira do regional e do global. Portanto, ainda que, na época houvesse o sentimento de que o governo não estava adotando medidas coercitivas, na prática, o mesmo estava exercendo seu controle na região mesmo que de forma incipiente ou, talvez, sendo, propositadamente, o mais diplomático possível.

Considerações Finais

Esta monografia teve como objetivos principais identificar quais os reais interesses na Amazônia por parte da sociedade internacional, analisar a questão da soberania do Brasil na Região Amazônica e evidenciar quais os padrões geopolíticos presentes na defesa do território amazônico.

Levando em consideração a discussão acerca do Construtivismo, pode-se inferir que essa teoria, foi importante na análise do tema pois contribuiu para o embasamento teórico no que diz respeito a questão da soberania e de como um governo e sua população podem agir diante de um fato. A relação agente/estrutura se mostrou clara quando foi explicitado que o Estado age em prol dos objetivos, ou seja, das ideias que foram socialmente construídas, de sua população como um todo. A implantação das ideias de desenvolvimento e progresso geradas pela busca da sociedade internacional pelo controle do mercado ocorreu de forma lenta e gradual. A região amazônica, antes pouco habitada, despertou o interesse de outros países e isso levou o Brasil a buscar a ocupação desse território a fim de controlá-lo.

Com a globalização e conseqüentemente a ampliação das relações comerciais e econômicas as fronteiras começaram a ser diluídas, o que ocasionou conflitos tais como o de Ruanda, Bósnia, Kosovo, Chechênia e Sudão. Dessa forma evidenciou-se que a preocupação com as fronteiras físicas não era mais tão relevante. A questão agora está relacionada com a preocupação dos países em controlar o espaço interno de seus territórios de modo que sejam evitados problemas de contrabando e criminalidade, ou ainda crimes entre redes transnacionais, já que agora as fronteiras físicas tem apenas função de delimitação territorial.

Foi possível entender no decorrer deste trabalho que: a partir do momento que houve o estreitamento das relações entre os países, seja de forma comercial ou cooperativa, visando o lucro ou o possível auxílio, e a diluição das fronteiras que conseqüentemente originou os conflitos citados anteriormente, uma nova ordem mundial foi, de fato, concretizada. A bipolaridade, na época de Guerra Fria, deu lugar a multipolaridade. É factível lembrar que, mesmo com uma maior divisão de forças, alguns países se sobrepuseram e conseguiram manter um poder relativo diante de outros Estados. Não um poder coercitivo, mas persuasivo que se estabelecia através de tentativas de inserção de alguma forma em um país, como por exemplo se utilizando das necessidades de desenvolvimento do outro. Pois, pode-se afirma

diante disso que o discurso utilizado pelos países de preservação ambiental e cooperação entre os Estados, foi também acoplado a questão da defesa e preservação da política social.

Como foi dito nos capítulos anteriores, há uma considerável importância da região amazônica para o Brasil e para os países que fazem fronteira. Ainda que o projeto de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, tenha sido engavetado pelo Congresso Nacional devido às discordâncias sobre o mesmo, as tentativas de inserção, ou de manipulação da região, tanto por outros governos, como pelas organizações não governamentais e as indústrias de medicamentos ou produtos naturais, se tornaram constantes e continuam até os dias atuais. O Instituto não conseguiu evoluir, mas gerou as condições e o amadurecimento do governo na criação do INPA, um instituto baseado em ideias nacionais e com propostas para o desenvolvimento da região amazônica.

As organizações governamentais ou não governamentais buscaram alternativas de explorar os recursos da região se utilizando do discurso da sustentabilidade, ou preservação dos direitos humanos, bem como da necessidade de criar uma nação indígena. É verdade que as condições sociais nessa região não são ideias para um país que deseja a credibilidade internacional e o governo brasileiro deve investir mais em educação, pesquisas científicas, novas tecnologias para a extração de recursos, preservação do meio ambiente com a diminuição do desmatamento para que possa existir o bem estar para a população . A questão é que todos esses fatores estão presentes na Amazônia e contribuem para que ocorram conflitos, que se baseiam no pretexto de que “a agressão ao meio ambiente ultrapassa as fronteiras nacionais e apaga as distinções de assuntos locais, internacionais ou, mesmo, globais” (FREGAPANI, 2011, p. 32).

Toda a discussão sobre o meio ambiente pode esconder o interesse dos países mais desenvolvidos em evitar as competições e disputas de mercado com a região da Amazônia que esta em constante crescimento econômico. Algumas relações bilaterais ou de cooperação entre o Brasil e outros países foram positivas, tais como o PROBEM e o LBA exemplificados no capítulo 3. Contudo, a maioria dos discursos proferidos por líderes, jornalistas e militares do mundo se voltou ao fato de que a Amazônia era uma região que precisava ser preservada e que, para que isso ocorresse, precisavam ser estabelecidos acordos internacionais que garantissem essa preservação e que forçassem o governo brasileiro a tomar atitudes em relação ao fato (FREGAPANI, 2011).

A questão da internacionalização e transformação da Amazônia como patrimônio da humanidade é delicada. Muitos fatos apontam para a existência dessa ideia, por exemplo,

frases e discursos proferidos por pessoas famosas, jornalistas, presidentes e políticos de uma forma geral, como foi citado no Capítulo 2, bem como a criação de projetos de organizações internacionais ou da interferência de outros países em assuntos internos. Em um debate que ocorreu no mês de Novembro de 2000, por exemplo, nos Estados Unidos, em uma universidade, Cristovam Buarque³² foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. O jornalista pediu a Cristóvão Buarque (2000) que a pergunta fosse respondida aos olhos de humanista e não apenas como brasileiro. Sendo assim, ele respondeu:

De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a Humanidade. Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado

Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação. Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país.

Não faz muito, um milionário japonês, decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado. Durante este encontro, as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu acho que Nova York, como sede das Nações Unidas, deve ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a Humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveriam pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do

³² Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque nasceu em fevereiro de 1944 em Recife (PE). Cristovam ocupou a reitoria da UnB de 1985 a 1989. Saiu de lá diretamente para o governo do Distrito Federal, onde implantou a Bolsa-Escola e dezenas de outros programas sociais que fugiam à lógica da esquerda corporativista e da direita assistencialista. Na economia, propôs parcerias com a iniciativa privada em áreas fundamentais para o desenvolvimento regional. Em 2003, foi nomeado ministro da Educação do governo Lula. No Senado, Cristovam já presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Disponível em: <http://www.cristovam.org.br/vida/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=65> . Acesso em nov 2012.

que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil. Nos seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida.

Começamos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da Humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver. Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

Atualmente não há conflitos de fronteiras da forma como ocorriam antigamente no que diz respeito às divisões e demarcações de terras, na época em que os países ainda estavam delimitando seus espaços e disputando por eles. Sendo assim, a maior preocupação do Brasil, e, em especial, relacionada a Amazônia, não se trata da resolução dos problemas das fronteiras físicas, mas sim das que já ultrapassaram a questão meramente territorial e invadem as relações sociais, econômicas e políticas da região, tais como o domínio econômico do território por países estrangeiros através da criação de fábricas, o controle das minas e dos minérios brasileiros e a criação da nação para os índios. Então, como também afirma o autor Fregapani (2011), é necessário que o Brasil desperte e se empenhe em ocupar e desenvolver as áreas que ainda não foram ocupadas e garantir a presença de entidades militares a fim de promover a formação de núcleos populacionais e aumentar a área de atuação, inibindo, dessa forma, o narcotráfico, o contrabando e a biopirataria. A economia da região deveria ser valorizada, e seria interessante que houvesse um incentivo na elaboração dos produtos com maior valor agregado, e não apenas a extração e exportação de matérias primas ou produtos de uso estratégico. E ainda, garantir a autonomia dos povos indígenas aliando-se aos mesmos.

Diante desse cenário é importante analisar que as condições do dispositivo militar do Brasil precisam ser desenvolvidas, e se faz necessário também uma avaliação e revisão da agenda de segurança e defesa bem como da agenda de temas multilaterais que abrange as questões relacionadas ao meio ambiente, a exploração dos recursos naturais de forma irresponsável, a análise dos direitos humanos e a questão indígena. Pois “a eficácia da projeção estratégica do Brasil depende da articulação entre política externa, política de defesa e gestão adequada da força militar” (SOUZA, 2009, p.98), bem como, da tentativa de resolução dos problemas sociais, econômicos e ambientais.

É importante inferir que o Brasil, diante das pressões internacionais, a princípio não conseguiu corresponder a opinião pública brasileira, pois estava interessado em expandir seus

mercados e estabelecer relações que pareciam ser cooperativas com outros Estados. Porém, a partir do momento que os governos começaram a se conscientizar, houve uma maior preocupação com a defesa da soberania e a criação de projetos de segurança das regiões. A Política de Defesa Nacional ampliou a importância estratégica da Amazônia e houve um aumento de militares nessa área. O SIVAM e o SIPAM também foram muito importantes para garantir o avanço tecnológico e a implantação de sistemas avançados de controle, mesmo que tenham utilizado a tecnologia estrangeira em detrimento da brasileira, o que causou desconforto na comunidade científica, auxiliou na proteção e vem garantindo um domínio das regiões.

Uma estratégia de defesa do território, abordada por Sousa (2009), seria a união do Brasil com os países que fazem fronteira com região amazônica. Dessa forma, poderia ser estabelecida uma regionalização da América do Sul, pois tal região tem um grande potencial de energia hidroelétrica, petróleo, gás e biocombustíveis. Cada Estado enfrenta escassez de algum recurso, se tais países formarem uma aliança nesse sentido, poderiam estabelecer o desenvolvimento comercial e a formação de novos mercados.

O Brasil tem capacidade de se desenvolver no cenário internacional sem prejudicar o território nacional, ou seja, manter uma relação com outros países sem se deixar controlar plenamente. A manutenção da soberania é importante, pois demonstra que o Estado tem a capacidade de garantir a ordem nas regiões e fronteiras, e que não é necessário que outros Estados interfiram nas questões políticas, sociais ou econômicas. Pois, de acordo com Sousa (2009), o Brasil aspira a ser um ator importante no cenário internacional e na política mundial, não apenas um comerciante global. O Brasil deseja manter relações bilaterais e acordos que visem seu desenvolvimento tanto econômico, político ou social e, para isso, é necessário que haja uma valorização na sua inserção no âmbito internacional de forma que suas prioridades geopolíticas possam auxiliá-lo a fortalecer os laços desejados para as alianças estratégicas.

Referências Bibliográficas

Artigos

ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**. Trad. Clarice Cohn. Lua Nova, nº 47, 1999. Original inglês. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a11n47.pdf>> . Acesso em jun 2012.

BRAGA, Paulo Romeu. **Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas**. Em pauta: Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.45, nº02, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200003>. Acesso em jun 2012.

MAIO, Marcos Chor; Sá, Magali Romero. **Ciência na Periferia: a Unesco, a proposta de criação dos Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do INPA**. Em pauta: Revista Historia, Ciências, Saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 06, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000500011&script=sci_arttext>. Acesso em jun 2012.

MAIO, Marcos Chor; MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. **Utopia científica ou internacionalização da Amazônia? O papel de uma agência multilateral (UNESCO) nos primórdios da Guerra Fria**. In: Simpósio Nacional de Historia, nº XXIII, Londrina, 2005.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A Política De Defesa Nacional para a Amazônia suas Consequências ao Programa Calha Norte**. Departamento de Ciência Política. Disponível em: <<http://www.obed.ufpa.br/pdfs/O%20Programa%20Calha%20Norte%20e%20suas%20consequencias%20para%20a%20Amazonia.pdf>> . Acesso em out 2012.

NECES, Marcus Vinicius. **A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha**. Em pauta: Revista Historia Viva. Edição 8, 2004. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha_2.html>. Acesso em out 2012.

Biografias

Biografia de Al Gore. Bio. Disponível em: < <http://canalbio.com/pt/biografias/Al-Gore.html;jsessionid=8C07400C482054E7C82DE2A9EC9BD08E>> . Acesso em nov 2012.

Biografia de Antônio Feijó. UOL Educação, biografias. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/diogo-antonio-feijo.jhtm>>. Acesso em nov 2012.

Biografia de Cristovam Buarque. Disponível em: <http://www.cristovam.org.br/vida/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=65>. Acesso em nov 2012.

Biografia de David Cleary. Disponível em: <<http://2009.ethanolsummit.com.br/telas/palestrantes/curriculo.aspx?id=55>>. Acesso em nov 2012.

Biografia de Joseph Needham. Biografías y vidas. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/n/needham.htm>> Acesso em nov 2012.

Biografia de Mikhail Gorbatchev. UOL Educação, biografias. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/mikhail-gorbatchev.jhtm>>. Acesso em nov 2012.

Biografia de Paulo Estevão Berredo Carneiro. Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biografia/paulo-estevao.htm>> Acesso em nov 2012.

Biografia de Otto Von Bismarck. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/biografias/otto-von-bismarck.html>>. Acesso em nov 2012.

Livros

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CADERNOS ADENAUER. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano X, nº 4, fev. 2010.

Campos, André Luís Vieira. **La expansión de la autoridad estatal y el Serviço Especial de la Salud Pública em el Brasil, 1942-1960.** DYNAMIS. Acta Hispânica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandan, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

DEAN, Warren. **A Luta pela borracha no Brasil.** São Paulo, 1989.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FREGAPANI, Gelio. **A Amazônia no Grande Jogo Geopolítico.** Brasília: Thesaurus, 2011.

LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita. **Informação e Globalização na Era do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemeu da Silva. **O Projeto de Criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as Ciências Sociais no contexto do Desenvolvimento.** Cadernos Adenauer. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano X (2009), nº4, p.59-70, 2010.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **Padrões Geopolíticos presentes na Defesa da Amazônia.** Cadernos Adenauer. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano X (2009), nº4, p.71-83, 2010.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations.** Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1989.

RAMOS, Claudia Azevedo. **Desenvolvimento sustentável sob a ótica da floresta.** Cadernos Adenauer. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano X (2009), nº4, p.9-11, 2010.

SOUZA, Amaury de. **A Agenda Internacional do Brasil.** São Paulo: Elsevier 2009.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. UK: Cambridge University Press, 1999.

Sites

CAVALCANTE, Roberto Jose. **Projeto Calha Norte**. Espaço Amazônico. Disponível em: <<http://www.espacoamazonico.com.br/artigos/calhanorte.htm>>. Acesso em nov 2012.

CELSO, Paulo. **Antídoto é o que deve ser aplicado na floresta**. Villas-Bôas. Disponível em: <<http://www.expedicaovillasboas.com.br/evb/noticias/95-antidoto-e-o-que-deve-ser-aplicado-na-floresta-.html>>. Acesso em out 2012.

DECICINO, Ronaldo. **Terceira Revolução Industrial: Atividades empregam alta tecnologia**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/terceira-revolucao-industrial-tecnologia.jhtm>>. Acesso em 10 de Agosto de 2012.

DELPHINO, Cristine. **Tratado de Petrópolis**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/tratado-de-petropolis/>>. Acesso em nov 2012.

Greenpeace Brasil. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos>>. Acesso em 06 Jun 2012.

História da Ocupação da Amazônia. Disponível em: <www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/cad.Prof-4-Historia.pdf> Acesso em 05 de Maio de 2012.

LACERDA, José Paulo. **História da Amazônia**. Agência Estado. Disponível em: <http://www.amazonialegal.com.br/textos/historias/Historia_Amazonia.htm> Acesso em out 2012.

LASTRES, Helena et al. **Globalização e Inovação Localizada**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P1/texto/NT01.PDF>>. Acesso em out 2012.

Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: <www.defesa.gov.br> Acesso em out 2012.

REVISTA ELETRONICA DOCUMENTO MONUMENTO. Universidade Federal do Mato Grosso. V. 05 nº1, dez 2011. ISSN 2176-5804. Disponível em: <<http://200.17.60.4/ndihr/revista-5/artigos/adriano-knippelberg-de-moraes.pdf>>. Acesso em 06 Jun 2012.

SOUSA, Rainer. **Cabanagem.** Brasil Escola. Disponível em: <http://www.amazonialegal.com.br/textos/historias/Historia_Amazonia.htm>. Acesso em out 2012.

SOUSA, Rainer. **Tratado de Tordesilhas.** Brasil Escola. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>. Acesso em 06 jun 2012.

Trabalhos Acadêmicos

LOURENÇÃO, Humberto Jose. **A Defesa Nacional E A Amazônia: O Sistema De Vigilância Da Amazônia (SIVAM).** Campinas, 2003. Tese (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. **Desenvolvimento, Ciência e Política: o caso do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (1946-1951).** Rio de Janeiro, 2006. Tese (Mestrado em História das Ciências). Fundação Oswaldo Cruz.

XAVIER, Lidia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração.** Brasília, 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília.